

1 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

2 ATA Nº 025/2016

3 DATA: 03 de novembro de 2016

4 Aos três dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às 18h30min, no Auditório
5 da Secretaria Municipal de Saúde, situado no térreo da Av. João Pessoa, 325, nesta
6 Capital, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o Conselho Municipal de Saúde de
7 Porto Alegre – CMS/POA. **Abertura: A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
8 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
9 **CMS/POA:** Boa noite a todos e a todas. Obrigada pela presença. Eu, Mirtha da Rosa
10 Zenker, Coordenadora deste Conselho, no uso das atribuições que me são concedidas
11 pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142/90, pela Lei Complementar nº 277/92, pela Lei Orgânica
12 do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento
13 Interno deste Conselho, aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária
14 do Plenário do dia 03 de novembro de 2016. **Faltas Justificadas:** 1) Gilberto Binder, 2)
15 Jair Gilberto dos Santos Machado, 3) Liane Terezinha de Araújo Oliveira, 4) Loreni
16 Lucas, 5) Roberta Alvarenga Reis. **Conselheiros Titulares:** 1) Adriane da Silva,
17 2) Alcides Pozzobon, 3) Arisson Rocha da Rosa, 4) Alzira Marchetti Slodkowski, 5) Ana
18 Paula de Lima, 6) Darci Antônio Santos de Lima, 7) Dinae Espindola Martins, 8)
19 Eduardo Karolczak, 9) Gilmar Campos, 10) Gilson Nei da Silva Rodrigues, 11) Ireno de
20 Farias, 12) Janice Lopes Schiar, 13) Jairo Francisco Tessari, 14) Luiz Airton da
21 Silva, 15) Maria de Lourdes Fagundes Verch, 16) Márcio Eduardo de Brito, 17) Maria
22 Letícia de Oliveira Garcia, 18) Maria Lúcia Shaffer, 19) Masurquede de Azevedo
23 Coimbra, 20) Mirtha da Rosa Zenker, 21) Márcia Regina Borges Nunes, 22) Margarida
24 dos Santos Gonçalves, 23) Nesioli dos Santos, 24) Paulo Goulart dos Santos, 25)
25 Rejane Cerqueira Barbosa da Fontoura, 26) Rosemari Souza Rodrigues, 27) Roger dos
26 Santos Rosa, 28) Vânia Maria Frantz. **Conselheiros Suplentes:** 1) Carlos Pinheiro, 2)
27 Christiane Nunes de Freitas, 3) Gabriela Herrmann Cibeira, 4) Rosângela Lima
28 Collaziol, 5) Vera Lúcia Treviso, 6) Gislaine Chaves dos Santos, 7) Juliana Maciel
29 Pinto, 8) Oscar Rissieri Paniz. Nós temos duas atas para serem deliberadas aqui no
30 plenário. Nós temos dois pareceres, tem o “Acontece”, que hoje vamos ter posse de
31 dois conselhos distritais, informes e duas pautas, a LOA 2017 e o retorno do processo
32 de auditoria do Tribunal de Contas do Estado sobre laboratórios. Então, uma boa
33 plenária para todos nós. Então, em regime de votação a **Aprovação da Ata nº 17, de**
34 **04/08/2016 – Audiência Pública sobre o financiamento da Assistência**
35 **Farmacêutica.** Alguém tem alguma consideração? Então, em regime de votação,
36 quem aprova Ata nº 17 levante o seu crachá. (Contagem de votos: 19 votos
37 favoráveis). Contrários? Levante seu crachá. Abstenções? Então, aprovada com 17
38 votos a Ata nº 17, de 04/08/2016, sobre a audiência pública sobre o financiamento da
39 Assistência Farmacêutica. A **Ata nº 18, de 18/08/2016, sobre o Plano Municipal de**
40 **Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.** Alguém tem alguma consideração? Então, em
41 regime de votação, quem aprova a Ata nº 18 levante seu crachá. (Contagem de votos:
42 20 votos favoráveis). Contrários? Levante seu crachá. Abstenções? Uma abstenção.
43 APROVADA a Ata nº 18 de 18/08/2016, sobre o Plano Municipal de Atenção à Saúde
44 da Pessoa com Deficiência. Agora são os pareceres, o parecer do Hospital Vila Nova.
45 Tem alguém presente do Hospital Vila Nova? Por favor, Jalmir. **Pareceres: 32/16 –**
46 **Hospital Vila Nova – Qualificação de porta de entrada hospitalar de urgência tipo I**
47 **e recebimento de incentivo de custeio.** Por favor, se apresente. **O SR. JALMIR PIN**
48 **– Hospital Vila Nova:** Boa noite. Eu sou Diretor Administrativo da Assistência
49 Hospitalar Vila Nova. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
50 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Então, por favor, a
51 leitura, Heloisa. **A SRA. HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR –**
52 **Assessora Técnica do CMS/POA:** (Leitura do Parecer nº 32/16). **A SRA. MIRTHA DA**
53 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**

54 **Coordenadora CMS/POA:** O plenário quer fazer alguma consideração?
55 Questionamento? Então, em regime de votação, quem aprova a qualificação de porta
56 de entrada hospitalar de urgência tipo I do Hospital Vila Nova, levante seu crachá.
57 (Contagem de votos: 22 votos favoráveis). Quem é contrário? Abstenções? Então, está
58 APROVADA a qualificação de porta de entrada de urgência tipo I. Então, o **Parecer**
59 **39/16 – Santa Casa – Prestação de contas referente à Nota Fiscal Gaúcha – Etapa**
60 **46.** Tem alguém da Santa Casa presente? Ninguém da Santa Casa? Não tem
61 ninguém. Então, a gente vai retirar o parecer, porque este é o acordo: tem que ter
62 alguém representando a entidade para ser colocado o parecer em regime de
63 aprovação. Então, o **ACONTECE.** Apesar de várias atividades que foram realizadas
64 nesse período pelo Conselho Municipal de Saúde, mas por ter duas pautas hoje, para
65 não prejudicar o tempo da pauta, a gente só vai ter a posse dos dois conselhos
66 distritais. Então, solicito o Brígido para a leitura do termo de posse. **O SR. BRÍGIDO**
67 **RIBAS – Assessor Técnico do CMS/POA:** Vamos fazer a posse do Conselho Distrital
68 de Saúde Nordeste. Então, os integrantes podem começar a se movimentar para cá. E
69 eu vou ler o termo de posse: “Aos três dias do mês de dezembro de 2016, às
70 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, localizada
71 na Av. João Pessoa, 325, térreo, nesta capital, em reunião ordinária do Plenário do
72 Conselho Municipal de Saúde deste Município, neste ato sob a coordenação da
73 Comissão Eleitoral, procedeu-se a posse dos conselheiros eleitos para o Núcleo de
74 Coordenação do Conselho Distrital Nordeste, para o mandato de 2 anos. Conforme
75 resultado do pleito realizado em 14 de setembro de 2016. Dessa forma, e conforme a
76 legislação vigente, ficam empossados os seguintes conselheiros: Paulo Roberto
77 Padilha da Cruz (Aplausos da plenária), representante dos usuários pelo Conselho
78 Local de Saúde Jardim Protásio Alves, como coordenador. João Miguel Silva Lima, que
79 não está presente no momento, representante dos usuários pelo Conselho Local de
80 Saúde Timbaúva, como vice-coordenador. E como coordenadores adjuntos: Maria
81 Filomena Rodrigues Bueno (Aplausos da plenária), representante dos usuários pelo
82 Conselho Local de Saúde Timbaúva. João Francisco Ciste Araújo (Aplausos da
83 plenária), representante dos usuários pelo Conselho Local de Saúde Timbaúva. Alete
84 dos Santos Volino, não se encontra, ela é uma funcionária, representante dos
85 trabalhadores em saúde pelo Conselho Local de Saúde Jardim da FAPA. E Márcio
86 Eduardo de Brito (Aplausos da plenária), representante dos trabalhadores em saúde
87 pelo Conselho Local de Saúde Chácara da Fumaça. E ainda, os representantes da
88 gestão: Vanise Wilde Janke e Marisa Martins Altamiranda (Aplausos da plenária),
89 ambas representantes do gestor em saúde pela Gerência Distrital de Saúde Leste e
90 Nordeste, como membros natos e também coordenadoras adjuntas. Lavrado e lido o
91 presente termo de posse que vai assinado pelos membros da Comissão Eleitoral e
92 pelos conselheiros, ora empossados, devendo ser encaminhado através de resolução
93 para a publicação no Diário Oficial de Porto Alegre para que se produzam os efeitos
94 necessários. Porto Alegre, 03 de dezembro de 2016”. Convido, então, para assinar o
95 termo de posse, por favor. (Assinatura do Termo de Posse). **A SRA. MIRTHA DA**
96 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
97 **Coordenadora CMS/POA:** Parabéns a todos. Marisa, Márcio, fiquem ali para tirar a
98 foto oficial. Então, parabéns a todos integrantes do Conselho Distrital Nordeste.
99 Sucesso, então, nessa trajetória, sejam bem-vindos os novos integrantes.
100 Agradecemos aos antigos e parabéns pela persistência de quem permanece. Alguém
101 quer fazer uso da palavra? Então, parabéns. **O SR. JOÃO FRANCISCO CISTE**
102 **ARAÚJO – CDS Nordeste:** Em primeiro lugar, nós queremos agradecer, o
103 coordenador vai ser o seu Paulo e o vice o Seu João. Nós não queremos deixar de
104 destacar que a Dona Vera vai continuar junto conosco na batalha. Ela é extremamente
105 importante para nós, não é porque deixou lá o cantinho de conselheira que vai deixar
106 de participar não, nós vamos pegar no pé dela para estar junto conosco. Obrigado.

107 (Aplausos da plenária). **A SRA. WANISE WILDE JANKE – CDS Nordeste:** Boa noite a
108 todos. Desculpa o atraso, fiquei presa no ônibus. Dizer a vocês que é uma imensa
109 alegria. Este foi um processo bem transparente. E dizer para as pessoas que
110 continuam na luta conosco lá no Distrito Nordeste, certamente vocês já fizeram história
111 e continuarão fazendo história. A gente está muito feliz com o processo que a gente
112 conseguiu desencadear na Nordeste. Muito obrigada. (Aplausos da plenária). **O SR.**
113 **BRÍGIDO RIBAS – Assessor Técnico do CMS/POA:** Agora vamos proceder o termo
114 de posse do Núcleo de Coordenação do Conselho Distrital de Saúde Lomba do
115 Pinheiro. Então, eu convido aos integrantes, tanto da Comissão Eleitoral. Dona Cleci,
116 por favor. Da Comissão Eleitoral participou a Dona Leonilda Cleci Auler, Estela Maria
117 Hatmann Carluci e eu Brígido Ribas. : “Aos três dias do mês de dezembro de 2016, às
118 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, localizada
119 na Av. João Pessoa, 325, térreo, nesta capital, em reunião ordinária do Plenário do
120 Conselho Municipal de Saúde deste Município, neste ato sob a coordenação da
121 Comissão Eleitoral, procedeu-se a posse dos conselheiros eleitos para o Núcleo de
122 Coordenação do Conselho Distrital Lomba do Pinheiro, para o mandato de 2 anos.
123 Conforme resultado do pleito realizado em 19 de outubro de 2016. Dessa forma, e
124 conforme a legislação vigente, ficam empossados os seguintes conselheiros: Carlos
125 Pinheiro (Aplausos da plenária), representante dos usuários pelo Conselho Local de
126 Saúde Panorama, como coordenador. Nesioli dos Santos (Aplausos da plenária),
127 representante dos usuários pelo Conselho Local de Saúde Panorama, como vice-
128 coordenador. E como coordenadores adjuntos: Valácio de Oliveira (Aplausos da
129 plenária), representante dos usuários pelo Conselho Local de Saúde Recreio da Divisa.
130 Rosângela de Borba Melo Boeira, não está presente no momento, representante dos
131 usuários pelo Conselho Local de Saúde São Pedro. Cátia Aparecida Gomes da Rosa,
132 também não está aqui, representante dos trabalhadores em saúde pelo Conselho Local
133 de Saúde Panorama. E Gislaine Chaves dos Santos (Aplausos da plenária),
134 representante dos trabalhadores em saúde pelo Conselho Local de Saúde Herdeiros. E
135 ainda, Cristiane Jovita Barbosa Peixoto e Luana Machado, aqui representadas pela
136 Helena, ambas representantes do gestor em saúde pela Gerência Distrital de Saúde
137 Partenon/Lomba do Pinheiro, como membros natos e também coordenadoras adjuntas.
138 Lavrado e lido o presente termo de posse que vai assinado pelos membros da
139 Comissão Eleitoral e pelos conselheiros, ora empossados, devendo ser encaminhado
140 através de resolução para a publicação no Diário Oficial de Porto Alegre para que se
141 produzam os efeitos necessários. Porto Alegre, 03 de dezembro de 2016”. Convido,
142 então, para as assinaturas. (Assinatura do Termo de Posse). **A SRA. MIRTHA DA**
143 **ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
144 **Coordenadora CMS/POA:** Parabéns a todos os membros empossados, então, do
145 Conselho Distrital Lomba. Obrigada para quem está encerrando a sua gestão dentro do
146 Conselho Distrital Lomba. Agradecemos quem está retornando ao Conselho Distrital e
147 está chegando o novo, e quem está permanecendo. Então, muito sucesso, muito
148 empenho em toda a trajetória aí que nós temos pela frente. Quem quer fazer uso da
149 palavra? Alguém quer? Gilmar, por favor. (Manifestações da plenária fora do
150 microfone). **O SR. GILMAR CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro:** Não, não quero
151 raio-x. (Risos da plenária). Quero dar os parabéns para esta turma, que eles
152 prossigam, porque a luta continua. Não adianta a gente parar a luta, eu só pedi para
153 dar um tempo, mas vou continuar aqui no Conselho, viu? Não vou fugir da raia. Então,
154 lá eles vão fazer a coordenação. Espero sucesso para todos, porque não é fácil.
155 Obrigada. (Aplausos da plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação**
156 **de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** A foto.
157 Então, parabéns novamente para todos. já vamos passar para **(5) Informes.** Gilmar, é
158 contigo o microfone de novo. **O SR. GILMAR CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro:**
159 Boa noite a todos e a todas. Secretário, eu tenho dois informes, o primeiro é a questão

160 que não vamos aceitar inaugurar a UBS Panorama, a gente já foi lá, está bonito, está
161 bom, a gente lutou 10 anos para ter aquela unidade, mas sem os móveis nós não
162 vamos inaugurar. Só para querer entregar a obra para passar para o outro governo,
163 nós não vamos aceitar. Se nós formos para lá dia 20, que se não me engano está
164 marcado, é sem os móveis lá dentro e a equipe trabalhando lá dentro. Nós não vamos
165 estar lá só para receber o prédio. Então, não inaugura, deixa para inaugurar na outra
166 gestão. Eu não sei quem vai vir, quem o Marchezan vai indicar não quero saber, só já
167 vamos deixar bem claro, os nossos móveis, queremos nos mudar quando todos os
168 móveis estiverem lá dentro e conseguir fazer o trabalho, aí sim, aí a gente vai. Caso
169 contrário, a gente não vai para um prédio vazio sem os móveis, porque a gente
170 conversou e está havendo vários desencontros. O senhor tinha dito que a primeira
171 parte ia, agora a gente está sabendo que não vão os móveis, vai ser inaugurado só o
172 prédio. Pô, aí fica difícil, né, Secretário. Então, quero deixar essa questão. Se o Senhor
173 tem alguma resposta que nos dê a resposta. A outra coisa, Secretário, eu desisti...
174 Desisti não, tem o Nesioli e outras pessoas que fazem parte do Conselho Gestor do
175 Pronto Atendimento, só que eu não sei nem quem é a pessoa que é a coordenadora,
176 se é a Dra. Márcia, se é a Fátima, que é responsável pela unidade de emergência,
177 porque a gente não sabe. A coordenadora lá está fazendo o que quer. A gente recebeu
178 um livro dizendo que o SUS tem humanização, recebemos um livro com manifestação
179 e tudo. Agora, por causa de um muro que tem lá eles vão tapar uma parede porque
180 dizem que é pela segurança do trabalhador. Vão levantar uma parede, vai ficar parado,
181 se não me engano, uma semana lá. Então, dizem que tem uma comissão de
182 segurança, não sei o que é essa comissão de segurança. Então, só quero registrar,
183 porque eu não faço parte. Se o Nesioli quiser falar alguma coisa, está presente aqui, é
184 um dos que podem falar. O Nesioli é do Conselho Gestor lá. **O SR. NESIOLI DOS**
185 **SANTOS – CDS Lomba do Pinheiro:** Boa noite a todos. Senhor Secretário, a última
186 reunião que tivemos lá, a senhora coordenadora do atendimento colocou que dia 1º de
187 dezembro será fechada a unidade para reforma, onde vão ampliar mais uma sala.
188 Então, o muro vai ser levantado, já tem um muro de 1m10cm de altura, vai ser
189 levantado mais ou menos 2m e pouco de altura. Então, outra vez a gente já questionou
190 a Senha Fátima na época, e: “Não, este muro não se levanta, fica dessa forma”. Então,
191 agora estamos nesse impasse. As pessoas estão lá para serem atendidas, às vezes
192 nem escutam ser chamadas, se colocarem aquele muro vai piorar mais ainda. É uma
193 dificuldade. É na sala de espera. As pessoas ficam para serem atendidas na faixa
194 amarela, colocar fita, depois não ouve quem é chamado lá do outro lado. Tá bom? **A**
195 **SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio**
196 **Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Obrigada. Luiz Airton. Não? Seu João
197 Batista. **O SR. JOÃO BATISTA FERREIRA – Membro da Comissão de Saúde da**
198 **População Negra:** Como será com o novo Prefeito e Secretário de Saúde? Como será
199 com falta de remédios? Como será a população sem remédios, sem passagem e com
200 fome? Como será? Esta será a maior violência já sofrida. Como será? (Aplausos da
201 plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
202 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Obrigada, Seu
203 João. Masurquede. **O SR. MASURQUEDE DE AZEVEDO COIMBRA – Sindicato dos**
204 **Farmacêuticos do RS:** Boa noite, Senhores e Senhoras Conselheiros, boa noite a
205 todos e a todas. Eu vou fazer a leitura de uma carta aberta que algumas entidades de
206 Porto Alegre e do Rio Grande do Sul estão fazendo. Tentamos contra a PEC 241 e não
207 conseguimos reverter a situação, temos uma pequena esperança de talvez reverter
208 isso no Senado. Antes de fazer a leitura só quero trazer uma situação que me ocorreu
209 há 15 dias. Eu tive um corte bem sério na mão, com uma grande perda de sangue, eu
210 fui prontamente atendido no HPS de Porto Alegre, como sempre fui em toda a minha
211 vida, rápido. Só que os colegas lá estão reclamando de falta de material, Senhor
212 Secretário. Se tu puderes dar uma atençãozinha lá a gente agradece, mas a reforma

213 ficou muito boa e todas as vezes que eu precisei ser atendido no HPS fui sempre bem
214 atendido. O trabalho está muito bom. Então, a gente não vem só para reclamar. Bom,
215 senhores e senhoras, carta aberta contra a PEC 55, que foi o número que ela recebeu
216 agora no Senado Federal: “No momento em que o país atravessa uma grande crise
217 política e institucional, avançam no Congresso Nacional e no Poder Executivo, de
218 forma geral, propostas que atentam contra direitos trabalhistas e sociais, que se
219 aprovadas e implementadas representarão um perigoso retrocesso para a sociedade
220 brasileira. Dentre as medidas que estão em debate, a PEC nº 241 (neste momento
221 PEC 55, no Senado Federal) – que congela os investimentos do Estado por 20 anos
222 em Saúde, Educação e outras áreas sociais – representa a morte do Sistema Único de
223 Saúde (SUS) e, conseqüentemente, o agravamento dos problemas de saúde e
224 saneamento, bem como o fim da educação pública brasileira e o desmantelamento de
225 políticas públicas. Conforme informações de especialistas, com aprovação desta PEC,
226 estima-se uma perda de R\$ 400 bilhões de reais nos próximos 20 anos para o SUS. E
227 ao lado desta PEC, o governo estuda a criação de Planos de Saúde Populares para
228 substituir o SUS, num flagrante desrespeito à Constituição, já que a Carta Magna
229 reconhece a Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado. E para a educação,
230 como a proposta prevê cortes e congelamentos, além do fim dos concursos públicos,
231 teremos o desmonte das instituições públicas de ensino e um futuro no qual só poderão
232 ter acesso à educação os estudantes cujos pais possam pagar pelo acesso ao curso
233 superior, por exemplo. Ou seja, representa a extinção da educação pública brasileira.
234 Tal afirmativa se sustenta, também, no cálculo de especialistas de que R\$ 24 bilhões
235 de reais poderão deixar de ser investidos por ano em educação. E o funcionalismo
236 público também será atingido com a aprovação destes termos previstos neste ajuste
237 fiscal proposta nessa PEC 55. Caso o limite de gastos seja descumprido por um dos
238 três Poderes ou por um órgão, o mesmo não poderá conceder aumentos para seus
239 funcionários nem realizar novos concursos públicos. Outras sanções são impedir a
240 criação de bônus e mudanças nas carreiras que levem a aumento de despesas. Há
241 também conseqüências que não são citadas de forma direta nessa PEC, mas podem
242 vir após sua implementação, como o congelamento de salários e redução ou mesmo a
243 suspensão dos concursos públicos. Quando a discussão são os direitos trabalhistas, a
244 primazia do “negociado sobre o legislado” ataca direitos como férias, 13º salário,
245 licenças maternidade e paternidade entre outros. O desmonte da estrutura do
246 Ministério Público e da Justiça do Trabalho, através do sucateamento de sua estrutura
247 e a Reforma da Previdência é outra medida que penaliza o trabalhador e a
248 trabalhadora, com o flagrante alinhamento de setores do judiciário, que através de
249 decisões reforçam a retirada de Direitos dos Trabalhadores, a exemplo de deliberações
250 do STF, contra o princípio da ultratividade, contido na Súmula nº 277, que garante a
251 manutenção das conquistas obtidas em Convenções Coletivas de Trabalho anteriores,
252 o que certamente terá impacto nas negociações coletivas de todos os trabalhadores
253 brasileiros, como o corte de ponto e salários aos servidores públicos que entrarem em
254 greve. Nós, abaixo assinados, nos posicionamos veementemente em defesa da
255 democracia, da Constituição Federal e pelo fortalecimento das políticas públicas. Por
256 isso, nos manifestamos contra essas medidas propostas como ajuste fiscal, porque
257 representam um retrocesso para o país e para todo o povo brasileiro. Assim até o
258 presente momento: Associação Brasileira de Educação Farmacêutica, Associação dos
259 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Regional Fronteira, Central dos Trabalhadores
260 e das Trabalhadoras/RS, Centro Acadêmico de Nutrição Pedro Escudero/UFRGS
261 (CANPE/UFRGS), Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFRGS
262 (DAEE/UFRGS), Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia da UFRGS, Escola
263 Nacional dos Farmacêuticos, Executiva Nacional dos Estudantes de Farmácia,
264 Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Rio Grande do Sul
265 (FECOSUL), Sindicato das Secretárias e dos Secretários no Estado do Rio Grande do

266 Sul (SISERGS), Sindicato dos Empregados no Comércio de Farroupilha, Sindicato dos
267 Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS), Sindicato dos Farmacêuticos no Estado
268 do Rio Grande do Sul (SINDIFARS) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bagé”.
269 Entre outros que estamos buscando ainda. Se tiver mais alguma entidade, além do
270 Conselho Municipal de Saúde que eu trago, trouxe a leitura e trago para aprovação
271 caso queira ser signatário junto, que queiram assinar esta carta, nós agradecemos
272 muito. Obrigado pela atenção. (Aplausos da plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
273 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
274 **Coordenadora CMS/POA:** Então, eu encaminho para a plenária para aprovação da
275 assinatura desta carta aberta. Quem aprova levante seu crachá. Contrários? Então,
276 está APROVADA. Então, o Conselho Municipal está assinando junto esta carta aberta.
277 Não tem mais ninguém para informes, eu passo para o Secretário, para as respostas.
278 **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador**
279 **Adjunto do CMS/POA:** Boa noite a todos. Gilmar, com relação à inauguração, eu
280 também acho que não deve ser inaugurado se não tem os moveis. A gente fez a
281 solicitação, estão chegando algumas coisas sim. Agora mesmo foi questionado quando
282 cheguei, nós verificamos e todos os pedidos de compra já foram efetivados. Algumas
283 coisas já chegaram, outras não chegaram ainda e outras ainda estão mais atrasadas
284 para fazer isso. Bom, cabe avaliarmos quando chegar no dia o que chegou e o que não
285 chegou. Quem faz a marcação de inauguração normalmente é o Prefeito. Então,
286 depende da agenda do Prefeito, depende do desejo dele fazer, aí fica no critério se a
287 gente vai acompanhar ou não quiser acompanhar, mas é óbvio que a gente não vai
288 botar as pessoas para trabalhar no local que não tenha cadeira, nem mesa, nem local
289 para atender, né. Isto é uma coisa importante, fazer a inauguração de entrega, talvez
290 seja para o final de gestão, isso pode acontecer, mas isso é uma decisão que cabe ao
291 Prefeito, mas nós fizemos todos os processos, alguns estão bem adiantados, outros
292 estão emperrados, mas acreditamos que até o final do ano... Não tem nada certo que é
293 até dia 20. Alguém falou em 20 de novembro? (Manifestações da plenária fora do
294 microfone). Ah, bom, tem muita coisa para acontecer até 20 de dezembro. Então,
295 vamos esperar cada momento. Cada um faz uma avaliação. Eu, por exemplo, não
296 posso chegar para o Prefeito e dizer: “Não inaugura”. Se ele quiser inaugurar antes de
297 terminar a gestão, ele é o cargo máximo aqui da Prefeitura, ele decide, aí a gente faz o
298 tensionamento, cobra, faz as coisas. Eu acho que é um direito de cada um de fazer
299 como acha melhor, mas se o Prefeito determinar que quer inaugurar a entrega da obra,
300 bom, é a entrega da obra, não quer dizer que vai estar funcionando. Ok? Em relação
301 ao pronto atendimento, não entendi se é a coordenação do PA ou a coordenação do
302 Conselho. (Manifestações da plenária fora do microfone). Do PA é a Sirlei.
303 (Manifestações da plenária fora do microfone). É a Dra. Ana, ali. Por favor, levanta. A
304 Dra. Ana, Coordenadora de Urgências do Município de Porto Alegre, faz mais de um
305 ano. É a Dra. Ana... Não tem problema, a Dra. Ana está aqui à disposição, a Lena
306 também, que é outra servidora nossa. Ela está aí? Não? Ela é enfermeira também,
307 está afastada da coordenação, o Rafael também faz parte da coordenação. Quem
308 mais? Então, está disponível para fazer o contato. Qual é o ramal? É o 3289-5512, Dra.
309 Ana para esclarecer qualquer questão. Em relação à obra vou verificar, eu te confesso
310 que não sei quais são as modificações, afinal, normalmente se senta com o pessoal
311 aqui da engenharia, das obras. O PA não fechará, não fechará! (Manifestações da
312 plenária fora do microfone). Olha, me surpreende, até porque o próprio pessoal da
313 Restinga elogia bastante quando vai para lá, outras pessoas. Está bem, eu vou ver o
314 projeto, qualquer coisa que eu disser aqui não tenho conhecimento sobre isso. Então, a
315 gente vai verificar e assim que tiver conhecimento a gente coloca mais questões, mas o
316 PA não vai fechar e todas as modificações sempre é com o objetivo de melhorar os
317 processos. Agora, a gente vai verificar o que está acontecendo, eu não posso aqui
318 adiantar sem antes estar mais apropriado. Tá? Seu João Batista, como será? Como

319 será é uma boa pergunta! Gente, eu acho que a primeira coisa é que estaremos
320 lutando pelo Sistema Único de Saúde, independente de todos nós. E que bom
321 estarmos vendo aqui novas pessoas se agregando a este Conselho, é uma renovação,
322 são processos. A Prefeitura, o Município de Porto Alegre escolheu a mudança, então,
323 vai acontecer. E como será? Bom, depende de vários fatores. Eu também estou
324 curioso para saber. Então, vamos esperar que o que será seja melhor do que está.
325 Então, vamos torcer positivamente. A falta de material vou verificar, Masurquede,
326 porque não chegou para mim e geralmente quando o negócio estoura chega para mim.
327 Este não chegou, pelo menos não estourou, então, vou verificar direitinho.
328 (Manifestações da plenária fora do microfone). Não que não seja sério, pode ser,
329 sempre é sério quando a gente está lá na assistência, se falta alguma coisa ou outra,
330 às vezes não é muita coisa, mas tem coisas que são fundamentais e que para todo um
331 processo. Eu vou verificar, assim que eu tiver alguma coisa a gente retorna. Está bem?
332 Era isso e obrigado. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
333 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Eu agradeço a
334 presença dos alunos da Escola de Saúde Pública, do IPA. E da PRIMURJ HPS, é isso?
335 UFRGS. Então, sejam bem vindos, espero que vocês tenham entendimento da
336 plenária, porque a plenária é um processo. E tem muitas pautas que retornam aqui
337 para a plenária. Então, está sempre aberta a plenária e os outros espaços do controle
338 social. Então, vamos passar para a pauta. A primeira pauta é **(6.1) Pauta:**
339 **Apontamentos da Comissão de Financiamento sobre a Lei Orçamentária Anual**
340 **(LOA 2017).** Então, esta plenária já está ciente, a gente trouxe como pauta a Lei
341 Orçamentária, identificamos o déficit entre 2016 e 2017 de R\$ 136 milhões. Nós já
342 entramos em contato com a Câmara de Vereadores, como foi o encaminhamento desta
343 plenária. Outro encaminhamento foi fazer uma reunião da Comissão de Orçamento e
344 Finanças aqui do Conselho Municipal, uma reunião ampliada, que nós realizamos.
345 Realizamos, então, um instrumento, que a gente chamou de apontamento sobre a Lei
346 Orçamentária 2017. Então, nesses contatos que o Conselho Municipal fez com a
347 Câmara de Vereadores, nós tínhamos prazos até dezembro para estar encaminhando
348 junto com os vereadores as emendas para a lei orçamentária. Hoje, em contato, nós
349 ficamos cientes de que as emendas fecham amanhã. Eles tiveram uma semana só
350 para colocar as emendas parlamentares. Então, esse encaminhamento que a plenária
351 fez de ter reunião com a COSMAM e com a ASSEFOR, não vai ser possível, porque já
352 foi feita essa discussão nesta semana. Eu não sei se com esse tempo tão restrito que
353 foi feito, mas a gente já entrou em contato com alguns vereadores e com o relator
354 Ferronato, o relator da LOA. Então, temos amanhã uma reunião que foi aberta para a
355 gente participar. E na segunda-feira, às 14 horas, a gente tem a reunião com o relator,
356 o Ferronato, às 14 horas. Colocamos à disposição quem quiser participar também. Foi
357 convidado o Secretário para estar presente, eu vou estar presente e está aberto para
358 quem quiser participar desta reunião. Vou ler o apontamento que a COFIN realizou,
359 está ali também para vocês acompanharem: “A Comissão de Orçamento e
360 Financiamento (COFIN) do CMS/POA, após analisar o Projeto de Lei Orçamentária
361 Anual (PLOA) para o ano de 2017, tem a considerar: 1 – O Projeto de Lei Orçamentária
362 Anual para 2017 encaminhado pelo Poder Executivo à Câmara de Vereadores de Porto
363 Alegre prevê uma redução nominal de R\$ 52.493.401,00 no orçamento da SMS,
364 comparativamente à despesa fixada para o presente exercício. Além disso, o PLOA
365 projeta um crescimento global de 5,2% da receita para o ano de 2017. Aplicando-se o
366 mesmo percentual de incremento da receita total na atualização do orçamento do SUS,
367 ao mesmo deveria ser adicionado o montante de R\$ 83.531.040,00. Em síntese, a
368 perda da Saúde no orçamento de 2017 no município de Porto Alegre atinge a cifra de
369 R\$ 136.024.441,00, comprometendo ainda mais a capacidade de atenção à saúde da
370 população de Porto Alegre. 2 – No PLOA apresentado, o valor a ser aplicado em Ações
371 e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), corresponde ao percentual de 18,9%. Nos

372 Planos Plurianual e Municipal de Saúde 2014-2017 a meta pactuada (meta 57) de
373 aplicação percentual prevista é de 20% a cada ano, o que vem sendo cumprido. Nesta
374 medida, o município estará deixando de aplicar receitas na ordem de 39,7 milhões,
375 descumprindo a pactuação firmada e o seu próprio Plano de Governo. 3 – Além da
376 redução do orçamento da saúde, outros órgãos da Prefeitura também tiveram redução
377 importante de seus orçamentos, o que também pode ter reflexos nas condições de
378 saúde da população, como é o caso do DEP, DMLU e Secretaria de Acessibilidade e
379 Inclusão Social, por exemplo, ultrapassando 100 milhões de perdas entre os três
380 órgãos. As funções Saúde e Saneamento projetam uma perda total, em relação a
381 2016, de 187,7 milhões. Em contrapartida, a Procuradoria Geral do Município tem um
382 incremento de 53,3% de seu orçamento, o que representa um adicional de 20,3
383 milhões, sendo um órgão que não presta serviços diretos à população, e cujas
384 despesas essenciais são com pessoal. A Secretaria Municipal de Gestão também teve
385 um crescimento de 18,6%, incrementando 5 milhões ao Orçamento, sendo este
386 também um órgão que tem basicamente despesas com pessoal. 4 – A análise do
387 orçamento da SMS aponta tanto para perdas como para a manutenção de um quadro
388 financeiro deficitário em determinados projetos da área da saúde, tais como: - Atenção
389 Básica em Saúde – R\$ 15.580.580,00 - Investimento em Equipamento e Ampliação da
390 rede de Atenção à Saúde – R\$ 114.000.000,00 - SAMU – R\$ 3.587.248,00 - Saúde
391 Mental – R\$ 1.826.534,00 - Assistência Farmacêutica - R\$18.733.388,00 Em relação à
392 Ampliação da Rede de Atenção à Saúde, em anexo encontra-se a relação de obras
393 prioritárias para a qualificação e ampliação da rede de saúde de Porto Alegre. 5 – Para
394 além da LOA 2017, é importante apontar questões relativas à gestão financeira do SUS
395 municipal, como: os recursos municipais não ingressam no Fundo Municipal de Saúde
396 de forma regular e sistemática, como prevê a Lei 141/12, o que poderia aportar receitas
397 de rendimentos, além de garantir a gestão do FMS pelo gestor do SUS, agilizando a
398 execução orçamentária em consonância com a realidade do sistema e suas
399 necessidades de provisionamento de insumos e materiais em tempo adequado. Outra
400 ação importante para ampliação de receitas no SUS, é a revisão da tabela de valores
401 das multas aplicadas pela Vigilância à Saúde, que tramita na Câmara Municipal em
402 Projeto de Lei de Nº 025/15. Essas multas deveriam ingressar diretamente no Fundo
403 Municipal de Saúde, uma vez que traduzem prestação de serviços diretos pelo órgão
404 de Vigilância em Saúde e poderiam também significar receitas de rendimentos, para as
405 ASPS. Comissão do Conselho Municipal de Saúde, Porto Alegre, 26 de outubro de
406 2016”. **A SRA. HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR – Assessora**
407 **Técnica do CMS/POA:** Só para complementar, a relação de obras que vai em anexo,
408 o documento, é aquele que foi encaminhado para as emendas parlamentares. **A SRA.**
409 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande**
410 **do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Então, está aberta a plenária para
411 questionamentos, senão a gente já encaminha para aprovação deste ofício, que é...
412 Seu Paulo Goulart. **O SR. PAULO GOULART DOS SANTOS – CDS Noroeste:** Esses
413 R\$ 6.364.000,00, construção e ampliação de UBS? Eu não vim na reunião.
414 (Manifestações da plenária fora do microfone). É só isso? E aqueles dois postos lá que
415 disseram que é via judicial? Eu queria saber qual é a rubrica? **O SR. FERNANDO**
416 **RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:**
417 Seu Paulo, só para esclarecer, esses R\$ 6 milhões foi o que eles destinaram para a
418 gente poder fazer as obras de ampliação, construção, reforma, que isso tem dado
419 basicamente para a gente fazer reformas e adequações necessárias para a gente
420 sobreviver no ano, não dá para a gente construir nada novo. Com R\$ 6 milhões é...
421 (Manifestações da plenária fora do microfone). É. A questão do GHC, lembrando, é
422 extremamente importante. Esses recursos terão que vir a fazer obrigatoriamente, não
423 está dentro do orçamento da saúde aquele. Por quê? Se tu lembrares bem, só para
424 esclarecer ao pessoal aqui, essas duas unidades de saúde que o município ficou de

425 construir é em contrapartida a uma dívida que o Município tinha de responsabilidade
426 com o Conceição, dívida essa construída com a Fazenda e não com a Secretaria de
427 Saúde. É uma dívida em função de tributos que foram cobrados do Grupo Hospitalar
428 Conceição e que ingressaram na justiça, ganharam R\$ 42 milhões, que deveriam
429 retornar aos cofres do Hospital Conceição, que foi feito um acordo de construção
430 dessas duas unidades, a entrega da praça lá, várias outras questões e mais uma
431 quantia de recursos financeiros, eu disse, não saíra da Secretaria da Saúde, porque
432 este dinheiro entrou no cofre da Fazenda do Município. Nós não temos recurso do
433 Fundo Municipal de Saúde para construir. Então, eu pelo menos, enquanto eu estiver
434 aqui, vou continuar batendo pé, este recurso entrou na Fazenda em algum momento.
435 Eles têm a fazer, não tem ali, e com R\$ 6 milhões eu não construo as duas unidades
436 de saúde, aí não faço nenhum tipo de reforma. Se cair um telhado, alguma coisa, eu
437 estou lascado. **A SRA. HELOISA HELENA ROUSSELET DE ALENCAR – Assessora**
438 **Técnica do CMS/POA:** Sobre isto, Seu Paulo, na reunião da COFIN compareceram
439 dois colegas da área financeira da Secretaria. E nós identificamos uma diferença, que
440 essa sigla aqui que a gente usa (ASPS), esta aqui é a sigla daquelas despesas que
441 são contabilizadas para cumprir a lei, aquele mínimo constitucional percentual, 15%,
442 20%, no caso nós, tá? E tem uma diferença em duas folhas, em dois momentos do
443 orçamento sobre esse valor, tá, Fernando? Os valores são diferentes, a diferença a
444 gente notou: o que será essa diferença? Aí fizemos a conta, a diferença, dá
445 exatamente R\$ 8 milhões e não sei o quê. É o valor dessas duas obras. Então, ela está
446 no orçamento de 2017, não está contabilizada como ASPS, por ser uma dívida, mas
447 existe sim na Secretaria da Saúde, inclusive, no orçamento da Secretaria, mas fora
448 desse cálculo. Ela vai entrar porque é o pagamento de uma dívida, ela vai entrar como
449 pagamento de dívida, mas o valor são R\$ 8 milhões e alguma coisa, mas está
450 garantido lá no orçamento. **O SR. JOÃO MIGUEL SILVA LIMA – CDS Nordeste:** Boa
451 noite a todos. Eu estou participando pela primeira vez. Eu conheço toda sistemática de
452 funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, mas estou trazendo aqui para a
453 nossa comunidade, a qual nos indicou para fazer parte aqui do Conselho. Há uma
454 necessidade premente hoje, que é a questão do nosso posto lá na Timbaúva. O
455 descaso dessas situações ocorre em momentos como esses, eleitorais. Eu coloco isso
456 pela nossa comunidade, na comunidade foram jogadas as pessoas para o Loteamento
457 Timbaúva. Agora todo o processo dentro do loteamento, tudo que era, digamos assim,
458 vulnerável na Cidade de Porto Alegre, foi colocado para dentro da nossa comunidade e
459 não deram as mínimas condições para a as pessoas pudessem viver na nossa
460 comunidade. O posto, que não é posto, é um cubículo, uma pecinha onde as pessoas
461 entram para consultar. Houve uma melhora recente, há 3 anos, com o Mais Médicos,
462 eu tenho que reconhecer que foi, porque deram, digamos assim, uma situação
463 diferente de como se trata a saúde pública das pessoas. Esses profissionais foram
464 embora por uma série de situações que ocorreram no nosso país e agora ficou
465 abandonado. Eu trago aqui para vocês, vou participar aqui ativamente, com certeza,
466 para nós levarmos cidadania para a nossa comunidade e uma boa saúde pública.
467 Então, só deixar claro aqui na mesa, neste momento importante, que desses R\$ 6
468 milhões que estão perdidos, que foram lá para a Secretaria da Fazenda, R\$ 3 milhões
469 tinham que ser destinados para colocar no posto da nossa saúde lá. Aquele posto
470 novo, que foi uma reivindicação da nossa comunidade, nós confiscamos em uma
471 mobilização lá na época, disseram que ia ser executado, mas só ficou no papel. Então,
472 eu acho que aqui todos os conselheiros e todas as conselheiras de todas as regiões da
473 Cidade tem que conhecer como funciona o nosso Bairro Timbaúva. São 9 mil pessoas
474 contabilizadas pela Secretaria, onde a gente sabe que tem muito mais na apuração da
475 nossa comunidade. Era isso, queria deixar o nosso recado para as pessoas, que nós
476 vamos lutar aqui dentro, porque é um espaço democrático, porque a saúde pública de
477 todos vocês aqui e principalmente a nossa comunidade. Muito obrigado. (Aplausos da

478 plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
479 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Mais alguém
480 inscrito? Juliana. **A SRA. JULIANA MACIEL PINTO – ASSEPLA/SMS:** Eu só queria
481 trazer, eu e o Daniel, o Daniel Administrador que trabalha também na Secretaria de
482 Planejamento, está acompanhando a Comissão de Financiamento junto com o outro
483 colega Jeferson, que os dois são da Secretaria de Planejamento junto comigo, e mais
484 os colegas da Coordenadoria Financeira Orçamentária junto aos colegas da SETEC,
485 do Conselho, e conselheiros que também participam da Comissão de Financiamento,
486 que também estão aqui. O Daniel estava puxando, a gente estava vendo que o projeto
487 de lei orçamentária já está na Câmara. Então, a gente encaminhou naquele momento,
488 no outro momento em que a gente apresentou aqui, a gente a recém tinha
489 encaminhado para a Secretaria de Planejamento Estratégico. A partir dali a Secretaria
490 de Planejamento Estratégico faz o compilado das demandas das áreas com as regras
491 que eles têm especificamente na SMPEO, aí eles fecham o orçamento e encaminham
492 para a Câmara. Então, o orçamento saiu daqui, sofreu algumas pequenas alterações,
493 tanto que a gente teve uma diferença do déficit, que a gente tinha apontado R\$ 58
494 milhões e ele fechou em R\$ 52 milhões o déficit. E aí ele está na Câmara desde o dia
495 15 de outubro. E no dia 18 de outubro teve uma reunião na comissão de financiamento
496 e orçamento da Câmara, onde está até no site para quem quiser ver e acompanhar. A
497 pauta foi – *Audiência Pública para Apresentação e Debate da Lei Orçamentária Anual*
498 *2017 para o Município de Porto Alegre*. Convidaram a Secretaria de Planejamento
499 Estratégico e Secretaria Municipal da Fazenda. Então, nós como secretaria setorial,
500 como outras, trabalho, educação, enfim, nós não fomos convidados e não sabíamos, o
501 conselho também não. A gente acha que essa pauta merece uma amplitude, uma
502 divulgação muito maior. A gente fica um pouco surpreso em saber que nós podemos,
503 enfim, os vereadores podem submeter pautas até amanhã. A gente acha isso um
504 pouquinho arbitrário e que a gente tem muito a suprir na área da saúde. Então, só
505 trazer essa informação. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de**
506 **Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Gilmar. **O**
507 **SR. GILMAR CAMPOS – CDS Lomba do Pinheiro:** Eu quero só fazer uma pergunta.
508 Mirtha, como ficou a questão do deputado federal das emendas, aquelas? Como ficou?
509 Eu não soube mais nada. Eu consultei o meu deputado e ele disse que já saiu. Então,
510 eu gostaria de esclarecesse isso para nós. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
511 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
512 **CMS/POA:** Este também foi outro encaminhamento. Então, as emendas parlamentares
513 a gente encaminhou para toda a bancada. Então, a planilha... (Falas concomitantes em
514 plenária). Pessoal, tem de novo muita conversa. (Manifestações da plenária fora do
515 microfone). Então, tá, só deixa eu frisar, a Juliana pediu para estar frisando. Então,
516 essa é uma discussão em nível federal, senadores e deputados federais. São as
517 emendas parlamentares que eles têm agora um valor específico para destinar para a
518 saúde. Então, nós também nos debruçamos sobre isso, trouxemos aqui para a
519 plenária. Recordam, né? Que a gente está trabalhando em cima da planilha de obras
520 que já foi construída exaustivamente com este Conselho Municipal de Saúde. Então,
521 em cima dessa planilha a gente está encaminhando, a gente encaminhou para todos
522 os deputados federais e Senado, para alguns a gente também ligou e tivemos retorno
523 só de dois, o Mota, que teve uma audiência. Então, o Gilmar, o Brígido, o Seu João
524 Farias. O Brígido e a Julina, porque foi de sexta para segunda agendado, foram lá. E
525 ele também apontou que iria encaminhar um pouco de equipamentos para a saúde. E o
526 outro só sinalizou, não marcou audiência, só sinalizou. Então, nós... (Manifestações da
527 plenária fora do microfone). Pois é, este deve ter sido deste ano, é deste ano a
528 emenda. Então, teve pouco retorno das demandas que o Conselho Municipal fez,
529 mesmo com telefonemas foi pouco receptivo, tanto os deputados federais quanto os
530 senadores. (Manifestações da plenária fora do microfone). Para o orçamento 2017,

531 Federal. Então, retornando, este que a gente está falando hoje é a Lei Orçamentária
532 Anual Municipal, que é partindo do Executivo. O Executivo é a Prefeitura Municipal de
533 Porto Alegre, que coloca o orçamento que vai ser previsto para 2017, que vai para a
534 Com, sai do executivo, vai para a Câmara, que já foi, que enquanto Conselho Municipal
535 e Secretaria a gente tinha datas diferentes do que está sendo executado. Então, é um
536 prazo muito curto que não deu para a gente trabalhar da forma que a gente gostaria
537 com a Câmara Municipal, mas que a gente está agendando segunda-feira com o
538 relator da LOA, da Lei Orçamentária Anual, que é o Airton Ferronato, que é com quem
539 a gente tem reunião segunda-feira, às 14 horas. Dona Vera, é sobre a LOA?
540 (Manifestações da plenária fora do microfone). Fala aqui. **A SRA. VERA MARIA**
541 **RODRIGUES DA SILVA – CDS Nordeste:** Eu gostaria de saber, esses R\$ 30 mil que
542 foi disponível para a saúde, é para os postos, para hospitais? Eu vi na televisão, na
543 semana passada. Eu acho que é estadual. (Manifestações da plenária fora do
544 microfone). **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
545 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Não lembro de ter feito entrevista no Jornal do
546 Almoço. Bom, eu vou te que verificar, eu não sei. São R\$ 30mil? Se fossem R\$ 30
547 milhões eu me lembraria, oh, se eu me lembrava! (Risos da plenária). **A SRA. MIRTHA**
548 **DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
549 **Coordenadora CMS/POA:** Pessoal, vamos voltar? A pauta é LOA. Estamos saindo
550 fora da pauta, Dona Vera. A pauta é LOA, a gente tem que estar em cima da pauta.
551 Então, vamos em regime de votação, quem aprova este documento e os
552 encaminhamentos dados, levante seus crachás. (Contagem de votos: 27 votos
553 favoráveis). Contrários? Abstenções? APROVADO. Então, feitos os encaminhamentos.
554 É uma notícia bem ruim, com toda a nossa crise federal, municipal, estadual, para a
555 gente estar dando, mas o importante é que o controle social está atento, ativo e
556 tentando fazer as intervenções que são necessárias e cabíveis neste momento. Então,
557 vamos de pronto passar para a segunda pauta. Esta pauta é sobre **(6.2) PAUTA:**
558 **Retorno do Processo de Auditoria do TCE Sobre os Laboratórios.** Este Conselho
559 já se debruçou exaustivamente sobre a questão de laboratórios. Foi constituído um
560 grupo de trabalho, apresentado neste plenário, os resultados e alertando para indícios
561 de uso indevido e da forma que estavam sendo conduzidas as participações dos
562 laboratórios. Foi encaminhado para diversas instâncias, inclusive, o Tribunal de Contas
563 do Estado e os dois conselheiros que estão acompanhando desde o início a questão,
564 compondo o grupo de trabalho, solicitou apresentar na plenária o retorno do processo.
565 Então, eu convido a Maria Letícia Garcia e o Alberto Terres para conduzirem a
566 apresentação neste momento. A gente combinou 30 minutos de apresentação. Depois
567 a gente passa para a gestão e abre para a plenária. **O SR. ALBERTO MOURA**
568 **TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** Esta apresentação sobre o retorno
569 da auditoria do Tribunal de Contas do Estado vem em cima do resultado de um
570 trabalho que nós estamos fazendo há pelo menos 10 anos na condição de conselheiros
571 aqui, de defensores do Sistema Único de Saúde, fazendo denúncias da inexistência de
572 uma política municipal, visando diagnósticos aqui em Porto Alegre. Em função dessa
573 inexistência dessa política uma série de irregularidades nós viamos detectando ao
574 longo do tempo e denunciando neste Conselho. Até quando, como a Mirtha disse, foi
575 em determinado momento criado esse grupo de trabalho, que depois a Letícia vai
576 explicar melhor. A partir daí entregamos para vários órgãos de controle externo, que
577 culminou nesse primeiro resultado, que é do Tribunal de Contas do Estado. Ainda tem
578 outras auditorias que estão sendo realizadas pelo Tribunal de Contas da União e outros
579 órgãos também. Então, só gostaria que apagassem esta luz aqui da frente para ficar
580 melhor a apresentação. Aqui o GT dos Laboratórios, este GT, em junho de 2012 foi
581 aprovada a criação do GT com a seguinte composição, eu representando o Conselho
582 Regional de Serviço Social; a Letícia representando o Conselho Distrital
583 Glória/Cruzeiro/Cristal; a Consuelo, que é uma convidada que trabalha no Grupo

584 Hospitalar Conceição, também é uma farmacêutica; e a Débora Melechi, trabalhadora
585 do SINDFARS. Então, os objetivos do GT. O Entenda o Caso, a Leticia vai fazer a
586 leitura do Entenda o Caso para depois nós darmos continuidade na apresentação. **A**
587 **SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:**
588 Pessoal, boa noite a todos. Então, na verdade, a gente fez uma reunião de alguns
589 pontos que a gente preferiu chamar de Entenda o Caso, que é uma forma da gente
590 colocar no tempo, de fazer uma linha cronológica de como as coisas foram
591 acontecendo. Claro que a gente deu uma boa resumida, a bem de que como as ações
592 foram muitas, da gente ficar um pouco mais citando os anos que começou. Então, esse
593 caso, esse processo, na verdade, a questão dos laboratórios, exames e diagnósticos,
594 eles já vêm sendo apontados desde 2006 nas prestações de contas, a partir dos
595 relatórios de gestão. Então, foi subsequentemente nos demais relatórios de gestão. E
596 ela tem um marco que em 2009 a auditoria do Departamento Nacional de Auditoria no
597 SUS nº 3910, realizada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 14/08/2008 a
598 27/02/2009, que entre as recomendações propostas apontou a necessidade de a SMS
599 observar o papel deliberativo do CMS, propiciando a discussão neste CMS das
600 deliberações sobre contratação/credenciamento dos prestadores de serviço, conforme
601 determina o § 2º do artigo 1º, item II da lei 8.142 de 28.12.90. De 2010 a 2012 se
602 realizou reuniões do plenário do CMS onde foram debatidas questões relativas ao
603 quantitativo de exames e valores pagos por exames. Então, essas atas, essas datas
604 que eu vou ler para vocês, em todas essas atas, que fazem parte desse processo do
605 primeiro relatório, e nesses dias os conselheiros cobraram da Secretaria com relação a
606 esta questão. Então, foi nas reuniões de 04/03/10, de 28/04/08, 04/08/11, 29/09/11,
607 05/07/12, 16/08/12 e 27/09/12. Em 2012, no dia 14 de junho, em reunião do plenário do
608 CMS, constitui-se o GT a fim de levantar material a respeito do possível processo de
609 privatização do Laboratório Central, cuja discussão prévia havia sido realizada pelo
610 CDS-GCC em maio do corrente ano. Ainda em outubro de 2012 o relatório do GT é
611 entregue ao Ministério Público Eleitoral. Depois, em 2013, em janeiro, logo em seguida,
612 o relatório do GT foi entregue ao MPE, MPC, MPF, TCU, TCE e PF e DENASUS. Em
613 2013, em julho, o GT apresenta trabalho ao Secretário da Saúde da época no Núcleo
614 de Coordenação do CMS. Em 2013, ao longo do ano, o GT participou de reuniões com
615 os órgãos de controle a fim de acompanhar o andamento do processo e prestar
616 esclarecimentos que se fizeram necessários. Em maio de 2014, dia 08 de maio, é
617 apresentado relatório do GT ao plenário do CMS. Em 2014, de setembro a outubro o
618 CMS passa a receber ofícios do GS a respeito do relatório encaminhado aos órgãos de
619 controle. Em 2014, no dia 06 de novembro, o plenário de CMS amplia GT para
620 proceder análise dos documentos remetidos ao CMS sobre os laboratórios, composto
621 por Alberto Terres, Antônio Ildo Baltazar, Carlos Eduardo Sommer, Consuelo Freitas
622 Peres, Débora Raimundo Melechi, por mim e Vera Maria R. da Silva. Em 2015, em
623 janeiro o GT reúne com equipe da vigilância sanitária, que apresenta a metodologia e
624 processo de inspeção realizado nos laboratórios em Porto Alegre. Em 2015, em
625 fevereiro, o GT e a coordenação do CMS reúnem com a equipe de auditoria do
626 DENASUS. Em 2015, em fevereiro, o laboratório da Faculdade de Farmácia da UFRGS
627 é interditado pela Vigilância Sanitária. Isso depois dessa reunião que a gente faz aqui
628 com a Vigilância, onde a gente aponta uma série de questões relativas a este
629 laboratório. Em 2015, em junho, a entrega da análise sobre a auditoria preliminar do
630 DENASUS. Aí o grupo de trabalho fez. E em 2015, no dia 02 de julho, é apresentado
631 ao plenário do CMS o relatório da segunda etapa do GT. Então, com isso a gente
632 encerra esse período do grupo de trabalho formado para tal. No ano seguinte, no
633 decorrer desse processo, no ano de 2006, nós continuamos acompanhando esse
634 processo através da lei da transparência junto ao Tribunal de Contas da União e o
635 Tribunal de Contas do Estado. E fomos também, eu acho que umas duas vezes
636 acompanhando a Djanira, que foi chamada para uma reunião no Tribunal de Contas,

637 também para prestar esclarecimento sobre esse processo. **O SR. ALBERTO MOURA**
638 **TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** É bom lembrar também para
639 aqueles que sabem e aquele que não sabem, que este trabalho que nós fizemos ao
640 longo do tempo, isto resultou em uma ação penal do ex-Secretário Municipal de Saúde
641 contra três integrantes desse GT, foi eu, a Letícia, ou melhor, dois integrantes do GT,
642 eu e a Letícia, e o Paulo Rogério porque se manifestou na plenária. Então, o fato de
643 nós defendermos o SUS e fazermos denúncias de irregularidades, de evidências de
644 irregularidades, culminou nesse processo, o qual nós estamos respondendo hoje ainda
645 por crime. Defender o SUS hoje é crime. Então, isso é criminalização dos movimentos
646 sociais que defendem a política pública. Estamos nos defendendo e não sei quando
647 sairá o resultado dessa ação, até porque tivemos três audiências. A primeira audiência
648 na justiça foi uma audiência de conciliação, nós não aceitamos conciliação, porque
649 entendemos que estamos defendendo o Sistema Único de Saúde e não cometendo
650 crime. A segunda audiência aconteceu, aí os representantes, as testemunhas do ex-
651 Secretário Casartelli não compareceram. E na terceira audiência agora a juíza não
652 compareceu. Engraçado isso, né, mas aí a juíza não foi e não foi realizada a audiência.
653 Remarcaram a audiência para março de 2017. Então, só para relembrar o que significa
654 defender o Sistema Único de Saúde hoje, o que nós temos que enfrentar com aqueles
655 que no nosso entendimento são inimigos do SUS, porque criminalizar quem defende o
656 SUS são só os inimigos dos SUS. Aqui o relatório de inspeção especial do Tribunal de
657 Contas. Então, ele está inscrito sob o Processo: 1519-0200/15-2; a Ordem de Auditoria:
658 1.391/2014; Exercício Examinado: 2012 a 2015; Período de Verificação: 11/03 a
659 29/05/2015; Itens auditados: os laboratórios prestadores de serviços de saúde no
660 Município de Porto Alegre. Nós estamos fazendo questões de trazer essa identificação
661 porque é a identificação que está no Tribunal de Contas do Estado. É importante dizer
662 que esta é uma auditoria feita por técnicos, por um conjunto de auditores, que fizeram
663 uma avaliação técnica nos quatro laboratórios públicos, partindo de documentos
664 requisitados pela Secretaria Municipal de Saúde, reunião também com o GT, com
665 conselheiros, com trabalhadores. No entanto, esse relatório não foi julgado ainda pelo
666 Pleno do TCE, ele é um parecer técnico da auditoria, são os auditores. Então, é
667 importante que se diga isso, porque não foi julgado. Então, poderá lá na frente, no
668 julgamento, alguém lá em cima, até porque o Tribunal hoje é composto por indicação
669 de ex-deputados. Então, eles que assumem. Então, poderá lá na frente, dependendo
670 do deputado que cair, fazer uma discussão política e dizer que o parecer dos técnicos
671 não tem nada a ver. Portanto, não foi julgado ainda. Bom, nesse processo todo que a
672 Letícia trouxe, nesse Entenda o Caso, nós viemos fazendo uma série de
673 questionamentos durante todos esses anos. E aqui a gente está colocando vários
674 questionamentos que nós fizemos. É importante que vocês prestem atenção, porque
675 esses questionamentos feitos por nós estão colocados lá no resultado dos auditores
676 depois no restante do processo. Então, quais eram os nossos questionamentos?
677 Quantos exames os laboratório públicos realizam por mês? Porque não era dito para
678 nós quantos exames realizava cada laboratório, nós não sabíamos, questionávamos
679 aqui no Conselho e ninguém nos dava resposta. Quantos são encaminhados para a
680 rede privada? Também não tínhamos essas informações. Valor gasto nos laboratórios
681 públicos e nos privados? Essas perguntas se davam em função de que não prestavam
682 conta desses valores aqui no Conselho Municipal de Saúde e no relatório de gestão.
683 Como é feita a contratação dos laboratórios privados? Nós queríamos saber se era
684 feito licitação, se era contrato, se era carta-contrato, de que forma isso acontecia.
685 Então, também não nos davam retorno. E a respeito das notas fiscais de compra de
686 kits com valores acima do mercado. Nós recebemos denúncias sobre irregularidades
687 nas compras dos equipamentos e dos kits para a realização dos exames. Então, isso
688 nós cobrávamos também da gestão e não recebemos em nenhum momento o
689 resultado desses questionamentos. E aqui é importante a gente colocar, porque é algo

690 que a gente vem tratando, que são os equipamentos recém-licitados/comodato que não
691 são novos (período licitação um ano). Isso é importante que a gente escute aqui,
692 porque isso acontece hoje ainda, faz uma licitação, um comodato, licita os kits para
693 realizar os exames, aí vem o equipamento, que são equipamentos de alta tecnologia e
694 altamente sensíveis. Então, esse equipamento até ser testado e ser validado leva pelo
695 menos 3 meses quando vem. A partir do momento em que ele é validado fecha-se o
696 contrato. Esse equipamento, é feita essa licitação/comodato por um ano. Quando a
697 equipamento começa a entender como funciona o equipamento tem que devolver e
698 fazer um novo comodato. Obviamente que nisso alguém ganha nessa história, porque
699 fazer uma licitação por menos de um ano alguém ganha. Então, a gente já coloca isso
700 como uma pauta a ser discutida e ser observada pela própria Secretaria e pelo
701 Secretário que aqui está. Porque a lei de licitação possibilita até 5 anos, por que esses
702 equipamentos são licitados por apenas um ano? Isso prejudica inclusive a própria
703 qualidade dos exames, porque tu começa a trabalhar com o equipamento, daqui a
704 pouquinho modifica o equipamento, quando a equipe se acostuma passa para outro.
705 Propostas de encaminhamentos do GT. Isso foi feito também por esse grupo: 1) *Que a*
706 *SMS apresente um estudo em 30 dias justificando a terceirização dos exames*
707 *diagnósticos em Análises Clínicas.* Nunca veio para nós este estudo. 2) *Apresente em*
708 *15 dias ao CMS os contratos com a UFRGS para realizar exames e coletas nos Postos*
709 *do IAPI e PACS.* 3) *Apresentar em 30 dias cópia dos contratos com todos os*
710 *fornecedores de equipamentos e Kits para exames diagnósticos.* 4) Como a SMS faz o
711 controle de qualidade dos exames realizados nos 15 laboratórios conveniados? Ou
712 seja, tinha 15 laboratórios que realizavam os exames para a Secretaria Municipal de
713 Saúde, para a população de Porto Alegre, e a Secretaria não faz o controle de
714 qualidade desses exames. Então, esse era um dos questionamentos que a gente fazia,
715 porque sabemos que alguns laboratórios têm dificuldade inclusive de realizar os
716 exames e laboratórios que não tem a mínima condição, haja vista a própria UFRGS.
717 Quando a Vigilância foi lá fechou 100% o laboratório por falta de condições. E se a
718 UFRGS foi fechada pela Vigilância Sanitária, vocês imaginem outros laboratórios.
719 Então, também não veio esse resultado do nosso questionamento. 5) *Que todos os*
720 *gastos com Laboratórios sejam apresentados nos relatórios de prestação de contas da*
721 *SMS.* Isso também não era apresentado e não é apresentado hoje, todos esses gastos.
722 É o questionamento que nós fizemos para que a Secretaria respondesse para nós.
723 Aqui é o relatório do TCE. O relatório do TCE se baseou no marco legal, que é o marco
724 legal que nós já conhecíamos. A gente está citando apenas alguns aqui, que são os
725 principais, mas no processo todo do relatório, que está em torno de 200 páginas o
726 relatório total, e nós vamos apresentar aqui apenas uma parte, nós elencamos esses
727 cinco aqui: *A Constituição de 1988, no parágrafo primeiro do art. 199, faculta a*
728 *participação complementar das instituições privadas no Sistema Único de Saúde. Na*
729 *Lei 8080/90 em seus artigos 24 e 25, trata sobre a hipótese de participação do setor*
730 *privado na prestação dos serviços de saúde públicos: Art. 24. Quando as suas*
731 *disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população*
732 *de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) poderá recorrer aos*
733 *serviços ofertados pela iniciativa privada. Ou seja, quando a disponibilidade do*
734 *Município for insuficiente aí pode encaminhar para o setor privado para garantir a*
735 *cobertura da assistência à população de uma determinada área, poderá recorrer aos*
736 *serviços ofertados da iniciativa privada. Parágrafo único. A participação complementar*
737 *dos serviços privados será formalizada mediante contrato ou convênio, observadas, a*
738 *respeito, as normas de direito público.* Coisa que não acontecia aqui na Secretaria. *Art.*
739 *25. Na hipótese do artigo anterior, as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos*
740 *terão preferência para participar do Sistema Único de Saúde (SUS).* Aqui nós estamos
741 trazendo um quadro, todo esse material que nós estamos apresentando é o material
742 que está no relatório do Tribunal de Contas, nós simplesmente fizemos uma transcrição

743 para poder fazer a apresentação para vocês. O que o Tribunal de Contas achou aqui?
744 Começou em março de 2012, 2013, 2014... Em janeiro de 2012 começou e foi até
745 2015. Aqui é a produção de exames prestados pelos laboratórios públicos e privados.
746 As unidades próprias, foi realizado em 2012 697 mil, 747 mil, 1.325.000 exames, 439...
747 Podem ver que tem uma variação aqui. O percentual, os laboratórios municipais é uma
748 média de 20 a 23%, 22%, 32% e 33% dos exames realizados em Porto Alegre. Este é
749 um percentual feito nesse período, feito pelo laboratório público. (Manifestações da
750 plenária fora do microfone). Até abril de 2015. Eu coloquei lá no início que este foi até
751 abril de 2015, que foi feita a auditoria. Aqui as unidades não próprias, ou seja, os
752 laboratórios terceirizados. O que eles fizeram? Estado é a quantidade de exames
753 realizados pelos não próprios. E aqui é o percentual de exames realizados pelos
754 terceirizados. Isso significa, com base nessas informações, constata-se que a redução
755 de exames realizados nos laboratórios próprios no período analisado foi de apenas
756 22%. Ou seja, apenas 22% dos exames realizados pela Secretaria Municipal de Saúde
757 era feito pelos laboratórios próprios. Todos os outros, laboratórios terceirizados que
758 não tinham nenhum contrato, não tinha nenhum tipo de contrato, convênio ou coisa
759 parecida. Era para quem tinha laboratório, chegava lá: "Quer fazer? então, vamos fazer
760 os exames, eu te dou 20, 30, 40 mil". Questionamentos do TCE em relação ao
761 apresentado: *Por meio da RDI nº 05-2015/JHL, foi requisitada à Auditada a*
762 *apresentação de estudos que tenham embasado a necessidade de complementação*
763 *dos serviços laboratoriais públicos e a impossibilidade de ampliação dos serviços*
764 *laboratoriais públicos; contudo, nenhuma resposta foi apresentada (fls. 672 a 677). Foi*
765 *feito auditoria, tem o parecer dos auditores, veio para a Secretaria Municipal de Saúde*
766 *olhar o parecer dos auditores e a Secretaria Municipal de Saúde responder. Só que*
767 *neste caso a Secretaria não respondeu. Ainda, por meio de requisição: foi requisitada a*
768 *informação da atual capacidade produtiva mensal dos laboratórios públicos de Porto*
769 *Alegre, bem como da possibilidade ou não de ampliação dessa capacidade; entretanto,*
770 *também não foi apresentada resposta ao questionamento (fls. 672 a 677). Só que*
771 *assim como não foram apresentadas respostas para nós, não foi apresentado para os*
772 *auditores do Tribunal de Contas. Neste caso, a conclusão do TCE: A inexistência de*
773 *resposta, por si, caracteriza fragilidade na gestão quanto às contratações de serviços,*
774 *uma vez que não foi demonstrada a existência de estudos e análises fáticas a embasar*
775 *a decisão que melhor atenda ao princípio da finalidade pública. Dessa forma, com*
776 *relação à complementariedade da prestação do serviço pelo setor privado, restam*
777 *violados o parágrafo primeiro do artigo 199 da Constituição Federal, o artigo 24 da Lei*
778 *nº 8.080/1990, bem como o artigo 2º da Portaria 1.034/2010, que os regulamentou.*
779 *Ante o exposto, sugere-se expedição de determinação ao Gestor Municipal do SUS*
780 *para que apresente estudo avaliando a necessidade de complementação dos serviços*
781 *laboratoriais, bem como a impossibilidade de ampliação dos serviços laboratoriais*
782 *públicos próprios. Quando ele sugere a expedição de determinação, isso é o que está*
783 *sendo orientado pelos auditores para quem vai julgar, que é o Tribunal de Contas do*
784 *Estado, os julgadores que são os deputados indicados. Ausência de aprovação no*
785 *Conselho Municipal de Saúde; isto está no relatório também dos auditores. A Lei*
786 *Federal nº 8.142/1990, a qual dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do*
787 *Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos*
788 *financeiros na área da saúde, esclarece a atuação dos Conselhos Municipais de*
789 *Saúde: Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de*
790 *setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do*
791 *Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas. Aqui vem o Conselho*
792 *Municipal de Saúde. É o marco legal, na verdade, que ele se refere, que tem que*
793 *passar por esta instância aqui. Conclusão do TCE: Portanto, entende-se violado o*
794 *parágrafo 3º do artigo 2º da Portaria nº 1.034, de 05/05/2010, do Ministério da Saúde.*
795 *Dessa forma, sugere-se expedição de determinação ao Gestor Municipal do SUS para*

796 *que submeta à aprovação do Conselho Municipal de Saúde a necessidade de*
797 *complementação dos serviços públicos de saúde, o que deve ser feito com base no*
798 *estudo sugerido no tópico anterior (Subseção 3.4.1.1.).* Então, além daquilo que nós
799 cobramos aqui, que o gestor municipal apresente para este Conselho e coloque para
800 este Conselho as ações em saúde, os auditores estão reforçando isso, esse trabalho
801 que a gente vem fazendo aqui na condição do controle social. *Ausência de Critérios*
802 *Pré-estabelecidos para Distribuição de Cotas de Exames Laboratoriais.* Vocês viram
803 que lá atrás a discussão que nós fizemos sobre como funciona essa questão das cotas,
804 como tu indicas 10 mil para um, 50 mil para o outro, enfim. *Através da RDI nº 01/2015-*
805 *JHL, foi questionado o critério utilizado para a distribuição de cotas dos exames*
806 *destinadas aos laboratórios particulares entre o ano de 2012 até as contratações*
807 *resultantes da Chamada Pública nº 03/2013.* Em 2013 saiu a Chamada Pública graças
808 a nossa luta neste conselho, brigando pela inexistência de contrato e falta de licitação.
809 De tanto nós pressionarmos e cobrarmos do gestor, o gestor acabou fazendo essa
810 chamada pública. Então, aqui é um resultado positivo do Conselho Municipal de Saúde
811 a partir do GT que fez o estudo. *A falta de critérios pré-estabelecidos para a divisão das*
812 *cotas dificulta o controle e possibilita beneficiamentos.* É importante que a gente grife
813 isso. *Eventual favorecimento a determinado laboratório, cuja possível ocorrência*
814 *sequer se pôde verificar na presente Auditoria justamente em razão da dificuldade de*
815 *controle recém referida, caracterizaria descumprimento ao princípio da impessoalidade*
816 *previsto no artigo 37 da CF. Assim, da análise quanto aos critérios para a distribuição*
817 *de cotas de exames laboratoriais, restou evidenciada infringência ao princípio da*
818 *motivação dos atos administrativos previsto implicitamente nos artigos 1º e 5º da CF,*
819 *no período de janeiro de 2012 a março de 2015.* Aqui para vocês terem uma ideia, que
820 a gente tirou da auditoria, essa ausência de critérios. (Manifestações da plenária fora
821 do microfone). Desculpa, Secretário, mas eu não tenho aqui. Cada tracinho deste
822 corresponde a um desses 15 laboratórios aqui que prestam serviço. Olhem só, como
823 não tem cotas, não tem uma regulamentação de cotas, então, olhem só como funciona
824 isso aqui. Vamos pegar este azul, um mês estava com 20 mil exames, recebeu. Aí ele
825 veio, chegou aqui, olha só onde está: menos de 10 mil. Ele vai embora, sobe, sobre,
826 sobe, chega aqui, depois volta; ou seja, isto aqui é um eletrocardiograma. Então, isto é
827 a prova de que não tinha o mínimo critério para distribuir cota. Ora distribuía menos de
828 10 mil, ora distribuía 30 mil. Este aqui, este pico alto é o da UFRGS. Quando nós
829 começamos a pressionar aqui, contra a terceirização, que tinha que ser realizado nos
830 laboratórios públicos, a antiga gestão disse: “Não, vamos começar a procurar os
831 laboratórios públicos, aí tira o discurso de vocês do terceirizado”. Aí procurou a
832 UFRGS. Neste ano de 2014 chegou a 80 mil exames para a UFRGS. Só que a
833 UFRGS, não podemos esquecer que também é uma terceirização, embora seja pública
834 e sem a mínima condição de fazer seus exames. Por quê? Porque acabou quando nós
835 denunciarmos a incapacidade da UFRGS, a UFRGS fechou. A Vigilância foi lá e disse
836 que não tinha a mínima condição de fazer esses exames, aí fechou o laboratório da
837 UFRGS. Então, para ver a falta de política mesmo nessa questão dos laboratórios.
838 Então, a gente trouxe para vocês verificarem que tipo de critério, não existia critério.
839 Ainda: *Fragilidade do Procedimento de Liquidação de Despesas para Pagamento. O*
840 *pagamento de qualquer despesa pública, por força da Lei Federal nº 4.320, de*
841 *17/03/1964, apenas poderá ser ordenado após regular liquidação: Art. 62. O*
842 *pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular*
843 *liquidação.* Ou seja, a partir do momento que a Secretaria Municipal de Saúde tem a
844 certeza que aqueles exames foram realizados, aí que ela pode fazer o pagamento.
845 Pagou, vai lá na loja, tu pagaste leva, senão pagou não leva. Então, aqui, de acordo
846 com a Lei nº 4320, tu pagas. (...)” *não houve demonstração de qualquer procedimento*
847 *pela SMS para conferência da efetiva realização dos procedimentos informados no*
848 *Boletim de Produção Ambulatorial – BPA.* Ou seja, o laboratório que faz os exames tem

849 no final do mês apresentar esse BPA dizendo: “Olha, eu realizei 30 mil exames”. A
850 partir do momento em que ele apresentou aquilo ali, aí a Secretaria fazia o pagamento.
851 No entanto, ela não conferia se esses 30 mil exames foram realizados. Ela tinha um
852 teto: “Olha, tu podes fazer até 30 mil exames”. O que os laboratórios faziam?
853 Encaminhavam esse BPA de 30 mil. No entanto, nem sempre eles fizeram esses 30
854 mil, né. é a constatação. *Não houve resposta à RDI nº 01-2015/JHL sobre a existência*
855 *de controles quanto à realização dos exames encaminhados. A inexistência de*
856 *resposta sugere a inexistência de controle. Nesse sentido, em visita in loco ao*
857 *Laboratório Central de Saúde Pública da Prefeitura de Porto Alegre, contatou-se não*
858 *haver qualquer forma de controle sobre os exames encaminhados aos laboratórios*
859 *prestadores de serviço, nem sobre a efetiva realização dos mesmos. Ou seja, não se*
860 *sabe, os laboratórios cobram, não se sabe se eles realizaram ou não os exames. Isso*
861 *nós estamos falando de dinheiro público. Não vamos esquecer que é dinheiro do*
862 *Sistema Único de Saúde. Aqui é mais um quadro, para vocês terem ideia, valor pagos*
863 *a título de exames laboratoriais a unidades não próprias, oferecidas pelo Sistema Único*
864 *de Saúde no exercício de 2002 a 2015, de janeiro a abril. Então, o que foi repassado*
865 *para esses laboratórios? R\$ 45.456.923,10. Então, o que é apontado pelos auditores?*
866 *Isso foi repassado sem comprovação de que os exames realmente foram realizados.*
867 *Não são palavras nossas, isso está no trabalho da auditoria. Eu repito isso para não*
868 *pensarem assim – mas de onde tiraram isso? Então, nós só estamos repassando.*
869 *Gente, isto aqui é dinheiro, é dinheiro muitas vezes que falta. Estavam reclamando aqui*
870 *que falta lá uma unidade de saúde, falta material. O Masurquede disse que o pessoal*
871 *do HPS estava cobrando. Bom, mas aí não tem o mínimo controle sobre o dinheiro*
872 *público, dinheiro do Sistema Único de Saúde. Da Comissão de Cadastro, Insumos e*
873 *Equipamentos dos Laboratórios da Prefeitura, a CCLAB. A CCLAB foi criada, que é*
874 *uma comissão que tem ali, de acordo com o seu estatuto, com a função de organizar*
875 *qualquer compra e validação de equipamentos. Isso de uma forma para otimizar os*
876 *recursos da Prefeitura, porque antigamente era comprado, cada laboratório ia lá e*
877 *comprava o kit A, o kit B, o equipamento A ou B. Então, a ideia da CCLAB, que é uma*
878 *excelente ideia, de padronizar todos os tipos de compras. Então, aqui eu coloco os*
879 *objetivos que estão no regimento: Realizar padronização e validação de todos os*
880 *equipamentos e insumos utilizados pelos laboratórios da Prefeitura. São 04 laboratórios*
881 *da Prefeitura. Acompanhamento do processo licitatório para responder aos*
882 *questionamentos técnicos necessários, formulando parecer técnico nos pedidos de*
883 *impugnação ou desclassificação de algum fornecedor. No entanto, verificou-se que os*
884 *Pregões nº 97/2011 (fls. 751 a 774), nº 459/2011(fl. 775 a 795...), não fizeram tal*
885 *exigência, ficando a aprovação a critério da unidade laboratorial responsável e*
886 *destinatária das aquisições e/ou do pregoeiro. Nesse ponto constatou-se que de modo*
887 *padrão os Editais dos Pregões apresentaram a seguinte redação: A marca dos*
888 *materiais deverá ser especificada, podendo ser ofertada mais de uma marca mantendo*
889 *preço único. Somente serão empenhadas as marcas analisadas e aceitas pelo órgão*
890 *requerente e/ou pregoeiro. Em licitação tu tens que ter objetivos técnicos, não pode*
891 *ficar a cargo do pregoeiro para saber se o valor vai ser mais baixo ou mais alto, porque*
892 *tu fazes uma licitação, ou ela é por preço, ou técnico, ou por preço. Tem outro termo*
893 *que me fugiu agora. É técnico e preço. Aqui ficou na mão do pregoeiro ou de cada*
894 *unidade laboratorial. Ou seja, o Hospital Presidente Vargas, o gerente, o responsável*
895 *resolvia se o equipamento ia ser validado ou não e não passava isso pela CCLAB, mas*
896 *a CCLAB foi criada para isto. Então, cada um fazia do seu jeito ou o pregoeiro chegava*
897 *lá e decidia qual o equipamento ia comprar. E teve momentos em que o pregoeiro*
898 *decidiu pelo valor mais alto e não pelo valor menor. Então, isso é apontado como uma*
899 *grande irregularidade, quando o próprio edital já sai viciado, possibilitando qualquer tipo*
900 *de irregularidade. Ainda da comissão: Contudo, constatou-se que, em todos os pregões*
901 *analisados, não houve a juntada de documentos assinados pelas empresas*

902 *participantes da cotação (como por exemplo, e-mails ou ofícios) nem de documentos*
903 *extraídos da internet (quando realizada a pesquisa por esse método), que permitam*
904 *embasar as pesquisas realizadas. Na licitação o Poder Público quando vai fazer, vai*
905 *comprar o equipamento, ele tem que fazer uma ampla pesquisa de preços, a partir daí*
906 *pegar a média de preços e essa média que vai balizar a compra. Isso tem que estar*
907 *dentro de um processo numerado. O que diz aqui, não tinha nem emails e nem ofício,*
908 *ou seja, não era feita a pesquisa como diz a Lei nº 8666/93. (...) cabe assinalar que em*
909 *determinados casos (Pregões nos 03/2012, 12/2012, 107/2013, 149/2013, 21/2014,*
910 *130/2014 e 322/2014), foi possível evidenciar que além das pesquisas de preços terem*
911 *sido realizadas exclusivamente com base em informações prestadas por fornecedores,*
912 *em detrimento da realização da pesquisa de preços praticados em contratações*
913 *similares por outros entes públicos, o valor de referência (equivalente ao valor de*
914 *mercado) foi obtido através da cotação de uma única empresa fornecedora. Então, era*
915 *feita essa pesquisa de preço entre os fornecedores, aí tinha apenas três fornecedores,*
916 *entre esses três fornecedores a pesquisa era feita, o preço era balizado em apenas*
917 *esses fornecedores, não fazia pesquisa de mercado como solicita, como determina a*
918 *Lei nº 8666/93. Então, aqui apontando uma série de irregularidades nesta questão das*
919 *licitações. Aqui é a fragilidade no controle de recebimento de kits, materiais e*
920 *equipamentos para uso de laboratórios públicos. Conforme o art. 73 da Lei nº 8.666/93,*
921 *executado o contrato, em se tratando de compras ou locação de equipamentos, o seu*
922 *objeto será recebido provisoriamente, para efeito de posterior verificação da*
923 *conformidade do material com a especificação; e definitivamente, após a verificação da*
924 *qualidade e quantidade do material e consequente aceitação. Esta mesma lei*
925 *determina que valores até R\$ 80 mil, um servidor público pode receber esse valor.*
926 *Passou de R\$ 80 mil tem que ter pelo menos três, uma comissão para receber em*
927 *função dos valores. Isso não acontecia aqui, mesmo acima de R\$ 80 mil, apenas um*
928 *servidor recebia. A fim de verificar como são realizados os atestes das notas fiscais a*
929 *equipe solicitou, por amostragem, notas fiscais relativas aos recebimentos de materiais*
930 *adquiridos pelos três laboratórios municipais. Pela análise foi possível identificar*
931 *inconsistências nos quantitativos e valores unitários referentes a determinados*
932 *materiais recebidos. Abaixo segue planilha contendo as inconsistências encontradas.*
933 *Então, aqui a gente traz uma das planilhas, que são várias planilhas, nós trazemos esta*
934 *aqui. Esta planilha, por exemplo, é a planilha de compras e de recebimento dos kits*
935 *para a realização de exames. E eu grifei este aqui: Sistema Portátil para determinação*
936 *de Troponina Ultrassensível. Por favor, qual é o teste para fazer Troponina? Manifestar.*
937 *Marcado cardíaco. A quantidade que foi solicitada: 2 mil; o valor unitário? R\$ 21,80;*
938 *valor total pelos 2 mil: R\$ 43.600,00; a quantidade recebida: 80. Foram compradas 2*
939 *mil, foi recebido 80. O valor unitário que está em R\$ 21,80, multiplicado por 80, vai*
940 *chegar a este valor aqui. Aí temos aqui a diferença, este é o valor pago, o valor total, e*
941 *o valor pago aqui de R\$ 43 mil, como se tivesse recebido os 2 mil testes, mas só foram*
942 *recebidos 80. Olhem a gravidade disso, 2 mil a quantidade, aqui foi recebido, está aqui*
943 *a quantidade recebida na nota fiscal, apenas 80. Isto aqui foi entre o período auditado.*
944 *Fragilidade no controle de recebimento. Ainda, observa-se que houve fragrante*
945 *irregularidade no recebimento do material, sistema portátil para determinação de*
946 *Troponina, pois os quantitativos recebidos foram inferiores aos constantes dos*
947 *empenhos e os valores unitários cobrados manifestamente superiores aos valores*
948 *empenhados e homologados nas licitações, onerando indevidamente os cofres*
949 *públicos. Também é possível notar divergências nos quantitativos e valor unitários para*
950 *outros itens, o que denota incerteza quanto à adequação dos itens ao efetivamente*
951 *solicitado. Cabe frisar que todos os itens constantes no quadro apresentado fazem*
952 *parte de aquisições indevidas realizadas pelo laboratório central, irregularidade que*
953 *será oportunamente relatada na Subseção 3.4.3.4. Assim, tal circunstância revela*
954 *ainda mais a gravidade dos fatos evidenciados. Este texto está no relatório do Tribunal*

955 de contas. Aqui nós vemos de novo outro quadro, que diz o seguinte: *Abaixo segue a*
956 *tabela com demonstração do prejuízo aos cofres públicos municipais, com recebimento*
957 *de quantitativos inferiores por preços nitidamente superiores aos efetivamente*
958 *empenhados. Aí eu peguei isso aqui de novo, este mesmo, que é a Troponina, a*
959 *quantidade de mil, recebido 40. E aqui a diferença, 28.928 foi o prejuízo para o*
960 *laboratório, para a Secretaria, para o Sistema Único de Saúde. E aí, somando isto aqui,*
961 *esta tabela não é a única, são várias tabelas que apontam. Eu só coloquei uma aqui,*
962 *mas são várias tabelas, que somando todas aqui vamos verificar depois. Só nessa*
963 *tabela o prejuízo foi de R\$ 386.294,00, só nesta tabela e são várias tabelas. Isto aqui é*
964 *tudo dinheiro público, dinheiro que não foi devidamente cuidado pelo gestor público.*
965 *Durante o período de auditoria a Equipe realizou reuniões com os Gerentes dos três*
966 *Laboratórios Públicos do Município de Porto Alegre. Em reunião realizada no dia*
967 *15/05/2015, com o Gerente do Laboratório Central localizado no Pronto Atendimento*
968 *Cruzeiro do Sul, foram realizados diversos questionamentos quanto aos exames*
969 *realizados no âmbito do laboratório e aos exames repassados para os laboratórios*
970 *particulares, entre outros assuntos. No que se refere aos exames laboratoriais informou*
971 *que no início do ano de 2012, por determinação do então Secretário Municipal de*
972 *Saúde, houve mudança no perfil do laboratório, sendo encerrada a realização de*
973 *exames nos setores de análises de bioquímica, hematologia, urinálise, coagulação e*
974 *microbiologia, os quais foram repassados para análise de laboratórios particulares.*
975 *Com isso o Laboratório Central apenas manteve a realização de exames relacionados*
976 *à Carga Viral (como HIV e Hepatites Virais), Tuberculose e da área da imunologia.*
977 *Então, aqui, o que foi constatado que em 2012 não se fez mais os exames de análises*
978 *clínicas no Laboratório Central, só esses exames aqui, ou seja, houve uma decisão do*
979 *Secretário de Saúde: “não vamos mais fazer exames de análises clínicas, vamos*
980 *mudar o perfil do laboratório”. Está bem, é uma decisão do secretário anterior.*
981 *Entretanto, em que pese os setores de análise de bioquímica, hematologia, urinálise,*
982 *coagulação e microbiologia tenham sido encerrados no âmbito do Laboratório Central,*
983 *houve a continuidade da aquisição de kits, materiais e equipamentos de utilização*
984 *exclusiva nessas áreas e destinados para entrega nesse laboratório. Foram encerrados*
985 *os exames de análises clínicas, mas continuaram comprando os materiais. Abaixo*
986 *segue demonstrativo das aquisições de kits, materiais e equipamentos utilizados na*
987 *realização de exames dos setores de análise de bioquímica, hematologia, urinálise,*
988 *coagulação e microbiologia, ocorridas no período de 2012 até o atual. Mais uma vez eu*
989 *peguei apenas o final da planilha, peguei até o final. Aqui o que acontece, a mesma*
990 *lógica, né, foi comprado, a quantidade comprada, o valor unitário, o valor daquilo.*
991 *Nesse período de fechamento da realização desses exames continuaram comprando,*
992 *aí o valor de R\$ 1.212.578,70 nesse período. Bom, se não fazia mais exames de*
993 *análises clínicas, como que se continuou comprando os kits a ponto de chegar a R\$*
994 *1.212.578,70 de compras se não realizavam os exames? Para onde foram esses kits*
995 *comprados se lá não se fazia nada de hemograma, de bioquímica. Devido à*
996 *constatação de prejuízo ao erário no valor sujeito a ressarcimento de R\$ 1.212.578,70*
997 *(um milhão e duzentos e doze mil e quinhentos e setenta e oito reais e setenta*
998 *centavos), em razão da realização de despesas desnecessárias e sem finalidade*
999 *pública no âmbito do Laboratório Central, deve o Executivo Municipal fortalecer a*
1000 *fiscalização exercida pelo controle interno atuando de maneira a prevenir a ocorrência*
1001 *de situações idênticas ou semelhantes às relatadas. Considerando a necessidade de o*
1002 *Estado Brasileiro providenciar a implantação de medidas condizentes ao combate e*
1003 *prevenção da corrupção...* Eu acho que isso deve estar em uma das ações, aquelas
1004 faladas ali atrás, que uma das ações deve ser o combate e a prevenção à corrupção.
1005 Isso deve ser trabalhado neste Conselho. Deve a Administração Municipal, em
1006 consonância com os demais órgãos, regulamentar as situações de nepotismo e conflito
1007 de interesses na seara municipal de modo a prevenir a ocorrência de irregularidades.

1008 *Ademais, diante da constatação da ocorrência do conflito de interesses relatada no*
1009 *Anexo Reservado I deste relatório...* Este anexo reservado não está disponível, porque
1010 tem o chamado segredo de justiça. Eu não sei o que tem aqui que não está disponível,
1011 mas é segredo de justiça. *Recomenda-se a abertura de processo administrativo*
1012 *disciplinar com vistas à apuração dos fatos relatados.* E aqui aproveitamos para
1013 provocar o Secretário, porque é algo que terá que ser feito imediatamente. Senão foi
1014 feito ainda que é a abertura desse processo administrativo para verificar este tipo de
1015 irregularidade que aconteceu lá, que é o que o próprio Tribunal de Contas está
1016 apontando, que com certeza este plenário também aprova esse tipo de procedimento
1017 que não dá para a gente deixar o dinheiro do Fundo sair pelo ralo da forma como está
1018 saindo. Por favor, encaminhamentos do Conselho. Então, aqui nós temos alguns
1019 encaminhamentos que nós queremos aqui para que se coloque em votação os
1020 encaminhamentos apresentados aqui pelo GT. *Com vista ao fortalecimento dos*
1021 *Laboratórios públicos em particular o LABCEN, apresentamos os seguintes*
1022 *encaminhamentos para aprovação do plenário: a) Elaboração da Política Municipal de*
1023 *Exames Diagnósticos de Análises.* Porque se não tiver uma política da rede de
1024 laboratórios vai continuar a mesma coisa. sem uma política de como vai funcionar isso,
1025 vai continuar esse tipo de coisa de ajudar os amigos, digamos assim. *b) Retomada dos*
1026 *trabalhos do GT aprovado neste conselho, composto por trabalhadores de todos*
1027 *Laboratórios públicos.* Foi aprovado um GT aqui para discutir a política com
1028 representação dos quatro laboratórios. Eu acho que tem que retomar este GT para
1029 continuar fazendo essa discussão. *c) Apresentação de Plano para retomada gradativa*
1030 *da realização dos Exames de Análises Clínicas pelos Laboratórios Públicos.* Nós
1031 estamos fazendo aquela pesquisa e aquele diagnóstico nas unidades de saúde, às
1032 vezes na primeira semana, quando libera as cotas, termina as cotas do laboratório já
1033 na primeira semana e os usuários ficam sem cotas para realizar os exames. Então, se
1034 tu pagas para os laboratórios privados realizarem os exames, pode pegar esses
1035 exames que são encaminhados pelos profissionais lá na unidade de saúde e eles já
1036 encaminham direto para os laboratórios públicos. Não tem o porquê de passar o
1037 laboratório privado. E esse pagamento que faz ao laboratório privado investe em
1038 recursos humanos e em insumos para o laboratório, investe, potencializa o laboratório
1039 público. Então, isso tem que começar imediatamente e de forma gradativa. *d) Que a*
1040 *SMS apresente em 30 dias ao CMS cronograma de nomeação de profissionais para o*
1041 *Lab. do PACS das seguintes áreas: 4 biomédicos/bioquímicos/farmacêuticos, 8 Téc. de*
1042 *Laboratórios, 4 Ass. Administrativos, 4 coletadores.* O laboratório hoje da Cruzeiro do
1043 Sul está totalmente sucateado. Em uma reunião que tivemos agora, há uns 10 dias,
1044 com a Dra. Ana e a Letícia, elas apontaram que a coordenadora da política, que
1045 também foi a partir deste Conselho, que o Secretário contratou uma coordenadora para
1046 os laboratórios e para a política de laboratórios. Foi dito para nós que a partir do dia 1º
1047 vão ser três unidades de saúde que vão passar a encaminhar os exames direto para o
1048 laboratório da Cruzeiro. Só que isto é o que nós queremos, nós temos que
1049 potencializar, tem que colocar recursos humanos e hoje não tem recursos humanos lá.
1050 Estão faltando todos os profissionais de todas as áreas. Então, se realmente quer
1051 elaborar, quer trabalhar com essa política de retomar os exames de laboratórios
1052 públicos, tem que pensar em recursos humanos. Não tem como não seguir com essa
1053 política sem contratar pessoal. E tem concurso aberto para todas as áreas, falta
1054 vontade política. *e) Que a coordenação do CMS solicite agenda com o Presidente do*
1055 *TCE e juntamente com representação de entidades com assento no conselho,*
1056 *trabalhadores e usuários, solicitem o julgamento imediato desta auditoria.* Então, que a
1057 gente solicite agora que já tem auditoria, que já tem o documento, um parecer técnico,
1058 nós temos que ir lá pressionar, porque tudo é na pressão, pressionar para que eles
1059 façam o julgamento disso aí, porque isto é dinheiro público sendo desviado. Então, nós
1060 queremos que seja julgado e tenha uma posição, o Tribunal de Contas julgue isto aqui

1061 e aponte as pessoas que são responsáveis por esse desvio todo de recurso público.
1062 Mais uma vez, tudo o que nós apresentamos está presente no relatório da auditoria na
1063 análise de esclarecimento, porque a partir do momento em que tu terminas a auditoria,
1064 os auditores passam para o relator e essa auditoria toda que tem ali passa por análise
1065 de esclarecimentos do relator. E há outro documento também, que é o documento final
1066 do Tribunal de Contas. Então, tudo isso está na análise de esclarecimento especial
1067 2012 a 2015. Muito obrigado e temos que continuar lutando e defendendo o Sistema Único
1068 de Saúde. (Aplausos da plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
1069 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
1070 **CMS/POA:** Pessoal, já tem inscrições, mas vamos deixar a palavra com o gestor.
1071 Agora são 20h44min, foi quase uma hora de apresentação, mas necessária. Então, eu
1072 passo de imediato a palavra e vão se inscrevendo se houver dúvidas e questões para
1073 depois a gente abrir a palavra aos conselheiros. **O SR. FERNANDO RITTER –**
1074 **Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Bom, gente,
1075 primeira questão, nós concordamos que tem que ter uma política de Assistência
1076 Laboratorial, assim como todas as outras políticas. Então, nós estamos nos
1077 debruçando em cima de tentar garantir de forma clara e objetiva todas as políticas
1078 necessárias para que as coisas tenham continuidade nesse processo. Então, como
1079 Secretário, todo mundo sabe que em boa parte desse processo anterior eu não estava
1080 como Secretário de Saúde, a partir do momento em que eu assumi, a partir do dia 19
1081 de março de 2015, nós nos debruçamos em função de tudo que este Conselho, mais
1082 uma vez fazendo história, dentro da saúde pública do Município, e esta é uma das
1083 atribuições, a importância deste conselho, a gente já se debruçou em cima de fazermos
1084 um diagnóstico situacional da rede de Assistência Laboratorial do Município. Então,
1085 como vocês veem não é uma tarefa fácil, porque desde 2006 vem sendo apontado
1086 isso. Então, nós passamos 10 anos para que a gente possa estar se debruçando
1087 definitivamente em cima de uma política de assistência, organizando os processos,
1088 muitos deles apontados pelo relatório do Tribunal de Contas, lembrando que não está
1089 julgado justamente porque as respostas, porque o Tribunal de Contas, os órgãos de
1090 controle veem ao Município, eles fazem a busca de documentação, às vezes tu não
1091 tens a documentação ali de pronto, eles fazem o relatório, cabe a nós e às pessoas
1092 que respondiam na época, eles foram acionados e tiveram que dar suas respostas.
1093 Então, boa parte daquilo foi dado resposta, lembrando que tem algumas coisas que,
1094 infelizmente, mas pelo que a gente viu os dois que se candidataram a Prefeito de Porto
1095 Alegre, o que se elegeu disse que finalmente o recurso financeiro vai ser gerido pela
1096 própria Secretaria Municipal de Saúde, aí possibilitará a gente fazer as visitas, fazer
1097 o controle desse processo, porque tem coisas que a gente não têm interferência. Por
1098 exemplo, os pregões, as licitações, que são gerenciadas pela Fazenda. Então, boa
1099 parte dessas justificativas se deram pelo pessoal da Secretaria Municipal da Fazenda.
1100 Então, é importante a gente relatar que nós nos debruçamos em cima do relatório do
1101 Tribunal de Contas e dos apontamentos já feitos por este Conselho e nós provocamos
1102 algumas mudanças importantes, né, na Assistência Laboratorial e uma delas que foi
1103 colocada de ter uma coordenação. Então, nós criamos a Coordenação da Atenção
1104 Especializada, que é a Dra. Cristiane, que todo mundo já conhece, assumiu a
1105 coordenação, hoje está no Diário Oficial, nomeada, tudo direitinho. E a Letícia compõe
1106 esta coordenação responsável pela Assistência Laboratorial. Então, Letícia, por favor,
1107 se levante. A Dra. Letícia é farmacêutica, é bioquímica e com formação,
1108 especialização, mestrado, doutorado na área. Não, mestrado, né? Ela veio para
1109 agregar e fazer o processo da gestão dessa política. Aí a Dra. Cristiane vai apresentar,
1110 porque foi construído junto com a Letícia, vai apresentar quais foram as mudanças, vai
1111 fazer as complementações. Depois, a partir dos encaminhamentos já propostos, eu
1112 acho que ninguém tem dúvida aqui, pelo menos desde que assumi a gestão aqui da
1113 Secretaria, nós estamos tentando corrigir todos os processos que não estavam

1114 adequados, de acordo com as leis. Isto é um princípio básico que eu coloquei dentro da
1115 gestão, todos que vieram compor vieram sabendo que nós precisávamos fazer todo o
1116 processo de correção. Algumas coisas a gente já conseguiu, outras, todas as coisas
1117 que foram apontadas nós demos um start, nós iniciamos o processo de modificação.
1118 Então, tem algumas coisas que não dependem exclusivamente da gente para fazer
1119 essas mudanças. Então, a primeira questão da Assistência Laboratorial. **A SRA.**
1120 **CRISTIANE NUNES – Coordenação de Atenção Especializada – SMS/POA:** Boa
1121 noite. A gente definiu por conceito que uma das competências da Coordenação da
1122 Atenção Especializada é prover e acompanhar a questão do apoio e diagnóstico à
1123 população, tanto Atenção Básica quanto Atenção Especializada. Então, assim como a
1124 Assistência Laboratorial. A gente também fala da imagem e de outros exames,
1125 diagnósticos. Bom, o que a gente pensou? A gente pensou numa missão de realizar os
1126 exames de análises clínicas para a população do Município de Porto Alegre com
1127 rapidez e eficácia, atendendo as normas de aqui exigidas pelos órgãos reguladores,
1128 garantindo a satisfação dos usuários e profissionais envolvidos na promoção e
1129 recuperação da saúde. Isso resume tudo aquilo que o Terres mostrou, todos os
1130 problemas da qual a gente tem sim enfrentado e da qual a gente tem obrigação de
1131 tentar resolver. Bom, então, a gente passa a partir de um diagnóstico. Nós temos três
1132 laboratórios próprios, o Laboratório Central, o HPV e o HPS, que estão distribuídos
1133 nesse mapa. Aqui os laboratórios contratados, onde estão dispostos. Nós temos o
1134 laboratório do HPS, que tem perfil de emergência de 24 horas, atende demandas de
1135 urgências e unidades de internação, com uma produção média de 19 mil exames mês,
1136 com uma capacidade atual com RH atual, de 2 mil exames mês. O custo médio R\$ 69
1137 mil. Laboratório do HPV, 24 horas, atende demandas de internação e ambulatoriais, a
1138 produção é de 28 mil exames/mês aproximadamente, com a capacidade de RH que
1139 chega até 35 mil exames/mês. O custo mensal R\$ 80 mil. Aqui a gente tem dentro do
1140 laboratório do HPV a distribuição de servidores por cargo e função. Então, aqui tem um
1141 diagnóstico breve de todos os profissionais, os níveis de cargos que a gente tem e o
1142 que a gente te desde dezembro de 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016,
1143 com uma variação pequena no mundo total dos servidores. Aí dá menos, mas é uma
1144 variação pequena. Aqui a gente tem um gráfico que demonstra, dentro do HPV ele faz
1145 os exames da Bom Jesus, o pronto Atendimento da Bom Jesus. Então, aqui ele mostra
1146 os exames produzidos pelo próprio ambulatório do HPV, ou seja, o que vem de
1147 demandas do HPV, os da Bom Jesus e os da internação, que são esses três aqui. Em
1148 azul o do ambulatório, o vermelho da Bom Jesus e o verde da internação. Mantém a
1149 mesma média o verde, o Bom Jesus tem uma linha de aumento, que em 2014 a gente
1150 teve um acréscimo. E do ambulatório do HPV também tem um acréscimo. O que é
1151 importante a gente lembrar? Os exames laboratoriais da rede, tanto da Atenção Básica
1152 quanto a especializada, eles são produzidos nos nossos laboratórios próprios, nos
1153 laboratórios contratados e ainda nos prestadores hospitalares. Dentro dos hospitais
1154 que a gente tem contrato ou convênio, a gente tem dentro desse contrato e desse
1155 convênio os exames laboratoriais produzidos pelos ambulatórios, que são produzidos
1156 pelos hospitais. Por exemplo, os pacientes que utilizam o ambulatório do Hospital de
1157 Clínicas, cardiologia, pneumologia, genética e etc., eles fazem os exames laboratoriais
1158 dentro do Hospital de Clínicas. Então, existe uma porcentagem dentro desses hospitais
1159 contratados que são exames para a rede, que são tanto da Atenção Básica quanto da
1160 especializada. Nesses casos, mais na especializada. Ainda, também produzem
1161 exames ou coletam exames para as emergências das portas de entrada desses
1162 hospitais. Já que eles produzem para internação é o que a gente demonstra aqui no
1163 HPV. Os exames produzidos para internação estão dentro da IH, então, é outro
1164 quantitativo. Os hospitais produzem exames laboratoriais para a rede também, tanto
1165 Santa Casa, quanto Clínicas, quanto a PUC, quanto o GHC e os demais. Bom, dentro
1166 do HPV a gente também tem o Centro de Referência e Triagem Neonatal, que é um

1167 serviço de excelência dentro do Município e também para todo o Estado, da qual ele
1168 atende mais ou menos 10 mil crianças recém-nascidas, com uma produção de 60 mil
1169 exames mês. O Laboratório central hoje tem o horário de funcionamento diário, de
1170 segunda a segunda, das 7 às 19h, incluindo finais de semana e feriados. A produção
1171 hoje está em 20 mil exames/mês aproximadamente. Capacidade com o atual RH a
1172 gente consegue até 25 mil exames/mês, mais do que isso a gente precisa compor com
1173 RH. E o custo é de R\$ 85 mil. (Manifestações da plenária fora do microfone). Eu estou
1174 falando de insumos, sem RH. Tá? O que a gente tem no Laboratório Central? A
1175 hematologia, a bioquímica, tuberculose, urinária, citometria e biologia molecular. Aqui é
1176 o número de produção, o que pode produzir por mês. Não sei se vai dar para estar
1177 abrindo assim, mas só para vocês entenderem o que cada um faz. Dentro do que a
1178 gente tem de RH no Laboratório Central, a gente tem farmacêutico bioquímico,
1179 biomédico, técnico de laboratório, esterilização, o responsável pela esterilização,
1180 coletador e auxiliar administrativo. Com isso a gente consegue produzir 25 mil, mais do
1181 que isso a gente não tem condições. O Laboratório Central é uma referência municipal
1182 nos exames especializados. Eu acho que o Terres falou sobre isso. Biologia molecular,
1183 citometria de fluxo, CD4 e CD8, que hoje ele é referência para isso e cada vez a gente
1184 tem uma demanda maior, mas mesmo assim a gente tem uma demanda reprimida
1185 importante nesses exames. A imunologia, que faz a questão do HIV, HTLV, hepatites,
1186 hormonal e SSH, estradiol, TSH, T3, T4, TSH Total, BAR e toxoplasmose. Os exames
1187 para diagnóstico, controle e tratamento da tuberculose a gente tem teste molecular,
1188 pesquisa de BAR e a cultura da microbactéria, que é uma especialidade desse
1189 laboratório. Bom, quando a gente falar em pontos críticos do Laboratório Central, a
1190 gente vai falar da recepção, quanto apenas no assistente administrativo, tem quatro
1191 guichês. Ou seja, tem possibilidade de ampliação. Coleta com apenas quatro
1192 coletadores que se revezam entre recepção e coleta. Isto é um problema. A gente está
1193 com a hematologia sem biomédico, bioquímico e técnico de laboratório. Falta um
1194 bioquímico ou biomédico. A hematologia à tarde tem um biomédico e tem técnico de
1195 laboratório. Então, faltam dois técnicos de laboratório. A tuberculose com dois
1196 bioquímicos e dois técnicos de laboratório, falta um bioquímico e dois técnicos de
1197 laboratório, conforme a norma técnica. A pneumologia está fechada, porque não tem
1198 um bioquímico responsável. Bom, a esterilização é feita por uma servidora apenas, que
1199 entra em licença saúde com muita frequência. Bom, então, o que se fez? Desde
1200 01/07/2016 o PACS assumiu os exames de segunda a domingo, das 7 às 19 horas.
1201 Então, foi um acordo que a gente fez de retomar os exames gradualmente, não só
1202 aqueles que estavam fazendo ali para alguns, ali no centro de saúde, eles passariam a
1203 fazer do PACS, porque está dentro do laboratório. Aqueles funcionários estão lotados
1204 dentro do PACS. Então, para nós era importante para a emergência do PACS ter uma
1205 agilidade nesses exames e a gente conseguiu. Então, desde julho eles assumiram os
1206 exames do PACS, de segunda a segunda, tendo só as amostras recebidas em
1207 intervalos de uma hora e a liberação dos resultados em duas horas. Uma média de 6
1208 mil exames. Isso é outro índice, o fato da gente fazer a coleta e em tempo hábil ter os
1209 resultados para o pronto atendimento. Isso facilita muito o tempo de espera dos
1210 pacientes dentro das emergências. É uma coisa que a gente tenta provocar em todas
1211 as emergências, que seja curto esse período entre coleta de exame, execução desse
1212 exame e resultado. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
1213 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Só para acrescentar, a partir de julho que a
1214 gente colocou isso, antes eles trabalhavam no regime de segunda a sexta-feira, das 7
1215 às 19 horas e todos os exames que a gente precisava fazer do Pronto Atendimento
1216 Cruzeiro do Sul, ou nós pegávamos e coletávamos, mandávamos para o HPS fazer a
1217 análise e mandava de volta. Então, o tempo médio, pelo menos para fazer o
1218 deslocamento era de 3 horas, acrescentando 2 horas ali. Então, de 5 a 6 horas e o
1219 paciente ficava ali esperando. Então, a gente melhorou o processo, aumentou a

1220 capacidade do próprio laboratório de fazer esses exames, melhorar a resolutividade.
1221 Isso deu uma capacidade de giro, melhorou, destensionou um pouco o pronto
1222 atendimento e ainda tem a possibilidade da gente ampliar e melhorar esse processo. **A**
1223 **SRA. CRISTIANE NUNES – Coordenação de Atenção Especializada – SMS/POA:**
1224 No início de novembro nós tínhamos um laboratório de referência também como
1225 laboratório de referência para a Glória/Cruzeiro/Cristal. Ou seja, existe uma demanda
1226 reprimida, existe uma queixa da gerência dos distritais referente á questão das cotas.
1227 Ou seja, a falta muito cedo durante o mês, acaba a cota dos laboratórios dentro das
1228 unidades. Então, isso já tem uma demanda antiga das gerências em relação a isso, aí
1229 a gente começou a trabalhar bastante essa questão. E existia uma demanda muito
1230 importante da Sul/Centro Sul, que tinha uma demanda de mais ou menos 5 mil exames
1231 que contabilizava por mês. Então, a gente fez ma leve reorganização ali, a gente pegou
1232 os laboratórios que eram de referência para a Glória/Cruzeiro/Cristal, passamos para a
1233 Sul/Centro Sul e aí três unidades da Glória/Cruzeiro/Cristal, a Tronco, a Medianeira e a
1234 Vila dos Comerciários, as três começaram a utilizar o Laboratório Central como
1235 referência. **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
1236 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Com isso tudo que a gente fez ele chega na sua
1237 capacidade máxima com o RH que está lá no momento, que é esse o nosso objetivo.
1238 Muito rapidamente a gente queria chegar à capacidade máxima, aos questionamentos
1239 e umas questões que foram apontadas aqui por este conselho, com o Tribunal de
1240 Contas de qual é a capacidade. Hoje nós sabemos qual é a capacidade instalada, qual
1241 é o RH que a gente tem e nós estamos evoluindo no processo de chegarmos ao nosso
1242 limite de capacidade máxima dentro dos nossos laboratórios. Então, dentro das
1243 solicitações até de encaminhamento, a retomada para os laboratórios fluem
1244 gradativamente, este é um dos nossos principais objetivos. **A SRA. CRISTIANE**
1245 **NUNES – Coordenação de Atenção Especializada – SMS/POA:** Bom, como meta da
1246 PAS 2016, assim como é meta do Plano Municipal de Saúde, a questão do
1247 dimensionamento de RH, nesse período, no terceiro quadrimestre, logo vocês vão
1248 estar recebendo no relatório, os serviços especializados, assim como a Coordenação
1249 de Urgências, ficou para este terceiro quadrimestre. Nesse terceiro quadrimestre a
1250 gente está discutindo a questão do redimensionamento. Então, a gente discutiu isso
1251 tudo nos centros especializados e também na Coordenação de Urgência. Então, como
1252 o Laboratório Central está vinculado à Coordenação de Urgência, a gente fez essa
1253 discussão juntos. Tanto nós como Coordenação da Atenção Laboratorial, assim com a
1254 CMU, a gente sentou para discutir a questão do redimensionamento e a capacidade
1255 desse laboratório em ampliar, criar regras que a gente possa estar ampliando essa
1256 produção, mas aí independente desse dimensionamento de pessoal, conforme as
1257 normas técnicas e etc. Bom, aqui é um quadro que já apareceu no tem de gestão, mas
1258 eu acho importante a gente estar discutindo o relatório de gestão do 2º Quadrimestre,
1259 mas isso já foi apresentado, que mostra a produção do Laboratório Central, HPS e
1260 HPV. Tanto no 1º Quadrimestre quanto no 2º Quadrimestre a gente já identificou um
1261 aumento interessante nessa produção. E aí diz o que cada um apresenta. **O SR.**
1262 **FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do**
1263 **CMS/POA:** Só detalhando ali. Então, se a gente olhar o Laboratório Central, só do 1º
1264 Quadrimestre para o 2º Quadrimestre através essa reorganização, a atribuição de fazer
1265 os exames do pronto atendimento e melhoria dos processos, nós passamos do 1º
1266 Quadrimestre de 42.564 exames para 64.211 exames. E a outra grande modificação,
1267 melhorando, foi colocada ali a capacidade produtiva dos laboratórios. Então, nós
1268 estamos chegando próximo à capacidade máxima produtiva a partir do RH que a gente
1269 tem, no laboratório do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas, a gente sai de 75
1270 mil para 122 mil exames, que foram no segundo quadrimestre. E no Hospital de Pronto
1271 Socorro, em função de que lê deixou de fazer os exames do pronto atendimento.
1272 Então, a gente consegue redimensionar, porque antes mandava para o Hospital de

1273 Pronto Socorro como um auxílio. Agora não precisa mais, então, houve uma redução.
1274 Então, nós podemos ainda melhorar a capacidade de produção desses laboratórios
1275 nossos e estamos fazendo gradativamente, né, para que a gente possa utilizar na sua
1276 plenitude. **A SRA. CRISTIANE NUNES – Coordenação de Atenção Especializada –**
1277 **SMS/POA:** lembrar que isso é “Tabwin”, é produção via “Tabwin”. (Manifestações da
1278 plenária fora do microfone). Desculpa, é o sistema que a gente tem, é o “MADIA”. Aqui
1279 é a produção dos laboratórios privados, são aqueles que a gente contrata. Isto aqui são
1280 as cotas mensais, tá, gente? O que eles têm de cotas pelo contrato, pelo chamamento.
1281 Tá? Isto aqui é a média. (Manifestações da plenária fora do microfone). É o realizado
1282 no quadrimestre. (Manifestações da plenária fora do microfone). Tá, mas... **O SR.**
1283 **FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do**
1284 **CMS/POA:** Deixa eu colocar. Isto aqui é extremamente importante, tá? Nós, em função
1285 de que foi tudo apontado e dito aqui, foi feito o chamamento público, ele se efetivou e
1286 como que a gente dividiu as cotas? Dentro do edital estava bem clara a forma de
1287 divisão das cotas, tinha uma questão de (Inaudível), de proximidade. Está tudo descrito
1288 no edital, que foi discutido exaustivamente. Então, essas cotas permanecem
1289 constantes. Então, não tem mais aquela questão de tantos exames aqui, tantos
1290 exames lá. Não, só vai alterar se a gente aumentar, especialmente nos laboratórios
1291 públicos, que é o caso, que agora a gente retoma com a UFRGS e também nos nossos
1292 laboratórios públicos também. Gradativamente nós queremos chegar à redução de
1293 cotas, e ali foi o quanto que foi realizado. Então, todos eles, é o que poderiam produzir,
1294 o que nós produzimos, o que nós olhamos, o que nós confirmamos que foi feito os
1295 exames, que também era uma das coisas que não tinha controle. A gente está
1296 tentando fazer o controle, ainda não temos, porque eu tenho que olhar, registrar,
1297 auditar tudo isso aí. Esse é o grande objetivo. Então, do que foi, o que eles poderiam e
1298 o que foi produzido pelos laboratórios. Tá? Tanto do primeiro quanto do segundo é a
1299 média. **A SRA. CRISTIANE NUNES – Coordenação de Atenção Especializada –**
1300 **SMS/POA:** Isto aqui é a média mensal de cada um, esse é o total do quadrimestre. Tá?
1301 Isto aqui é a média, senão não fecha. (Manifestações da plenária fora do microfone).
1302 Sim. Como é feito? Isto é feito a partir da produção do BPA, do “Tabwin” deles, é
1303 “Tabwin DPA”. É lançado... (Manifestações da plenária fora do microfone). Então, a
1304 identificação da necessidade de exames laboratoriais para o Município de Porto Alegre,
1305 que é um questionamento que o próprio Tribunal faz, que o próprio Conselho
1306 questionou, de onde a gente tira indicadores para dizer o que Porto Alegre precisa de
1307 exames laboratoriais. O último chamamento público foi baseado no histórico, na
1308 produção histórica realizada de laboratórios. E a gente chegou a um denominador
1309 acrescentando as populações, usando a indicação de população de cada região, mas a
1310 gente baseou-se em um histórico. Bom, quando a gente começou a discutir isso, o que
1311 nós precisamos de exames? Nós temos exames suficientes? Sim ou não? O que a
1312 gente precisa? A gente foi atrás da literatura para ver o que tinha disso e a gente não
1313 encontrou muita coisa. Ou seja, indicadores específicos de necessidade de exame
1314 laboratorial, para Atenção Básica e Especializada a gente não tem muito. A Portaria nº
1315 1631 do Ministério da Saúde, de 2015, trouxe o esboço ou o esforço de trabalhar o
1316 dimensionamento dos serviços de saúde, principalmente para a Atenção Básica e
1317 especializada. Ela tem para leitos de hospital, UTI, exames e diagnóstico, e ela
1318 trabalhou para a Atenção Básica especificamente, a partir das patologias, a partir das
1319 populações alvo. Então, a gente se debruçou em cima daquela portaria e a gente
1320 pegou toda aquela portaria e planilhou ela. Ou seja, tudo que ela dizia de atendimento
1321 na Atenção Básica para criança, para recém-nascido, para a saúde da mulher, para
1322 pré-natal, para a saúde do homem, para HIV, sífilis. Tudo que ela definir como
1323 necessidade a gente planilhou e foi botando, até a gente descobrir que o Excel tem fim,
1324 porque a gente foi botando, botando, botando e aquilo não tinha limite. A gente
1325 planilhou tudo isso, chegou a um quantitativo e depois a gente pegou também por

1326 região, por população, o que nós temos de população, o que a gente tem de população
1327 feminina por gerência distrital, o que a gente tem de idoso, o que a gente tem de
1328 hipertensão, o que a gente tem de população de criança e a gente foi planilhando isso
1329 para chegar a um quantitativo de exames para a Cidade. Aqui, com a necessidade de
1330 tipos de exame por região. Isso tudo foi planilhado. Bom, no final disso ainda
1331 chegamos... (Manifestações da plenária fora do microfone). Só um pouquinho. Nós
1332 chegamos a um quantitativo de 6 milhões de exames, são 6.046.994 exames/ano. Tá?
1333 Bom, o que a gente tem hoje? Se eu juntar o que a Restinga, Vila Nova, Hospital de
1334 Clínicas, Instituto de Cardiologia, PUC, Santa Casa, Femina, GHC, HPV, toda
1335 produção hospitalar, que não é a internação, que é o ambulatorial mais a urgência, a
1336 gente chega a 4 milhões de exames/ano. E 45% da produção hospitalar que a gente
1337 identifica são pacientes do Estado e faz exames nesses laboratórios. A gente calculou
1338 aqui, da 1,8 milhões. Total da produção hospitalar pelo Município chegamos a 2
1339 milhões. O Laboratório Central 180 mil; contratados 3 milhões, aquelas cotas todas que
1340 a gente falou que eles produzem, são os 3 milhões. a gente chegou a um total
1341 produzido para o Município de 5.400.000 exames e a gente chegou, pelo o que
1342 definimos na portaria, a gente tem 6 milhões de exames que precisaríamos, com uma
1343 diferença de 552 mil exames/ano. Ou seja, existe uma demanda reprimida sim nas
1344 regiões. Então, os que a gente tem feito? A gente tem que se aproximar desses 552 mil
1345 ainda, que é uma demanda reprimida que o usuário não está conseguindo fazer esses
1346 exames. E depois a gente se aproximar da questão do público. O laboratório da
1347 Faculdade de Farmácia inicia agora com 30 mil exames, no total de 360 mil
1348 exames/ano. O Laboratório Central aumenta os 5 mil. Os laboratórios contratados, um
1349 acréscimo de 11 mil. E a gente chega ainda com todos esses aportes que a gente fez
1350 ainda este ano, a gente chega com uma defasagem de 29 mil exames/mês. **A SRA.**
1351 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande**
1352 **do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pessoal, pelo decorrer do horário, são 21h10min,
1353 eu acho que tem bastantes *slides* ainda, pelo o que está falando. Eu acho que um dos
1354 encaminhamentos propostos é trazer novamente esta pauta para a plenária, propondo
1355 o Plano Municipal dos exames laboratoriais. Eu proponho, não sei conforme vocês
1356 estão achando, mas a gente abrir para a discussão da primeira parte, trazer essas
1357 questões da primeira parte, votar os encaminhamentos... (Manifestações da plenária
1358 fora do microfone). Deixe eu só terminar a proposta. Então, de poder estar trazendo,
1359 fazer essas respostas e a gente já pode estar pautando para a próxima plenária, dia 17
1360 para a continuação. Aí a gente pode também estar contemplando e para não esgotar,
1361 para a gente poder estar aprofundando esse tema que é tão importante. **O SR.**
1362 **FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do**
1363 **CMS/POA:** Eu queria acrescentar, né, gente! Eu insisto que a gente tem que terminar
1364 de apresentar, porque muitas das perguntas, ou perguntas que foram feitas pelo
1365 Tribunal de Contas, estão aqui na apresentação. Foi baseado nisso, foi baseado nos
1366 apontamentos, tanto do Conselho quanto o Tribunal de Contas, que nós provocamos
1367 as mudanças necessárias para a gente fazer a correção desse processo. Então, nós
1368 ainda temos alguns pontos aqui a acrescentar, que talvez esclareça melhor sobre
1369 algumas coisas que possam surgir. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER –**
1370 **Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora**
1371 **CMS/POA:** A defesa agora, quem quer fazer o contraponto? Uma pessoa só. **O SR.**
1372 **MASURQUEDE DE AZEVEDO COIMBRA – Sindicato dos Farmacêuticos do RS:**
1373 Eu vou fazer o contraponto, defendendo que a gente chame isso em uma
1374 extraordinária, porque a gente teve duas pautas, a LOA foi bem sucinta e rápida, só
1375 que assim, isso está sendo apresentado, na minha opinião, não quero dizer que isso
1376 seja realidade, como os passos que a Secretaria tomou a partir desse ano. A gente tem
1377 uma lacuna, a gente tem a falta de alguns esclarecimentos da apresentação anterior e
1378 do relatório que não foram sanados. A interpretação que eu tinha para este tema e na

1379 plenária era que nós iríamos discutir o que estava no relatório, porque estamos na
1380 metade da apresentação e os problemas não foram apresentados. (Manifestações da
1381 plenária fora do microfone). Não, eu prestei, estava sentado na sua frente. A lista de
1382 coisas que eu tinha elencadas aqui, por exemplo: como fica o art. 78 da 8.666, onde
1383 exige a nomeação de um fiscal de contrato? Em todo o processo, de 2011 a 2015, para
1384 as compras ou para a contratação dos laboratórios. Eu sei que isso não está a cargo
1385 da Secretaria Municipal de Saúde, Senhor Secretário, que era realizado lá pela
1386 Fazenda. Temos a esperança há alguns anos de avançar para o Fundo Municipal de
1387 Saúde dentro da Secretaria, etc. e etc. Apesar que esta apresentação está muito bem
1388 feita, está explicando algumas ações que a Secretaria tomou a partir do final de 2015 e
1389 início de 2016; mas nós não discutimos os apontamentos de forma geral do TCE. **O**
1390 **SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** Não, é
1391 importante que a gente registre aqui, nós estamos solicitando esta agenda como pauta
1392 única não é de hoje. Isto é algo sério, isto é algo sério! O que nós apontamos aqui não
1393 é qualquer coisa, nós estamos falando da inexistência de uma política. Nós estamos
1394 falando dos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado a partir do trabalho deste
1395 Conselho e algo muito sério, que é desvio de recursos. Isto não é pouca coisa! Então,
1396 foi apontada uma segunda pauta. Se nós tivéssemos no início trabalhado, como nós
1397 solicitamos pauta única para apresentar, que não tivesse informe, que não tivesse
1398 apenas a leitura daquilo ali, que não tivesse outra coisa, nós dávamos conta disso.
1399 Agora, jogar para uma outra plenária, isso significa mais uma vez empurrar com a
1400 barriga aquilo que é sério, que nós temos que estar discutindo aqueles apontamentos.
1401 Nós queremos discutir a questão do desvio de recurso. Nós temos que discutir RH, nós
1402 temos que discutir o resultado do Tribunal de Contas do Estado. Jogar para frente isso
1403 é simplesmente a gente afrouxar os arreios agora para depois retomar. Ou a gente
1404 trabalha com isso de forma séria, ou, bom, não dá para ser dessa forma. Não dá! E a
1405 gente solicitou isso há muito tempo como pauta única. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
1406 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
1407 **Coordenadora CMS/POA:** Então, a plenária está aqui, se vocês querem continuar até
1408 esgotar o assunto, a gente pode continuar aqui. Certo? Nós temos 08 inscritos. (Falas
1409 concomitantes em plenária). Tem que votar os encaminhamentos que foram solicitados
1410 ali. Uma delas é a apresentação da política dos exames e poder estar fazendo o
1411 contraponto. (Falas concomitantes em plenária). **A SRA. CRISTIANE NUNES –**
1412 **Coordenação de Atenção Especializada – SMS/POA:** A proposta da Assistência
1413 Laboratorial neste momento é ampliar e qualificar... (Falas concomitantes em plenária).
1414 **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio**
1415 **Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pessoal, quem quer continuar hoje até
1416 esgotar o assunto? Eu estou aqui. Levante o seu crachá. (Contagem de votos: 06 votos
1417 favoráveis). Quem quer pautar novamente, esgotar o assunto, levantar as suas
1418 questões? São 08 inscritos. Então, da gente poder estar levantando esses 08 inscritos,
1419 a gente questionar as perguntas, fazer as respostas desses 08 e propor. Se precisar a
1420 gente aprofunda na outra plenária. Levante o seu crachá. (Falas concomitantes em
1421 plenária). Relatório, as perguntas que foram aqui é relatório. **A SRA. MARIA LETÍCIA**
1422 **DE OLIVEIRA GARCIA – CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** Uma das propostas,
1423 Fernando, não é apresentar a política construída? Então, se não está construída
1424 completamente, por que não se abre para as perguntas que foram feitas e aí tem a
1425 possibilidade de responder, Fernando? (Falas concomitantes em plenária). **O SR.**
1426 **FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do**
1427 **CMS/POA:** Só um pouquinho. Primeiro o seguinte, nós como Secretaria Municipal da
1428 Saúde... Eu vou falar aqui e vou responder pelo período que me compete e a gestão.
1429 Nós pegamos todo o relatório de gestão e a partir daí a gente fez as modificações a
1430 partir das sugestões que foram feitas pelo Tribunal de Contas. Está aqui o que nós
1431 vamos apresentar, o que nós combinamos, o que nós íamos apresentar. É o que nós

1432 apresentamos de mudança a partir de tudo que aconteceu na questão de Assistência
1433 Laboratorial aqui. Tá? Ah, primeiro, o que está no Tribunal de Contas é o primeiro
1434 relatório, que foi dado resposta. As pessoas que comandavam esse processo fizeram
1435 as respostas. Eu não estou aqui para ficar fazendo, eu não vou ficar dando repostas de
1436 coisas que os outros fizeram. Eles fizeram as respostas a partir daí o Tribunal de
1437 Contas analisa as respostas. As respostas não estão públicas, as respostas foram
1438 feitas pelas pessoas que estavam lá naquele momento. Então, não adianta vocês me
1439 fazerem perguntas, porque tem coisa que não me compete responder. O que nós
1440 fizemos é o seguinte... (Manifestações da plenária fora do microfone). Não, meu
1441 querido! Meu querido, é a tua opinião e a minha opinião, nós temos que ouvir as duas
1442 opiniões. Eu me comprometi no Núcleo do Conselho que nós íamos apresentar o que
1443 nós provocamos de mudança a partir daquilo que a gente se debruçou em cima do
1444 relatório do Tribunal de Contas, dos apontamentos, das sugestões, o que foi levantado
1445 ao longo desses anos. Então, estamos apresentando. Todas as questões que são
1446 questionadas, boa parte delas responde o que a gente fez. Agora, o que foi feito
1447 anteriormente foram feitas as respostas e está dada ao Tribunal de Contas. O Tribunal
1448 de Contas está em processo de análise das respostas, provavelmente vai emitir um
1449 relatório modificando as suas considerações. O que for esclarecido... (Manifestações
1450 da plenária fora do microfone). Desculpa, Mirtha, mas é isso que a gente combinou...
1451 (Falas concomitantes em plenária). Eu não vou responder coisas que não me
1452 competem! **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1453 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Só um pouquinho,
1454 plenária. As perguntas, Seu Fernando, ainda não foram feitas. Tu já estás respondendo
1455 uma coisa que nem foram levantadas as perguntas. Então, eu acho que tem que estar
1456 abrindo para a plenária, a plenária tanto direito de fazer as perguntas. Então, as
1457 pessoas estão inscritas e... (Falas concomitantes em plenária). Pedro, tem duas
1458 pessoas, mas vamos fazer sucinta a Questão de Ordem, tá? Sucinta. **O SR. JAIRO**
1459 **FRANCISCO TESSARI – Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos**
1460 **do RS:** Pessoal, eu não sei, mas acredito que todo mundo aqui tem agendas que
1461 começam, a minha começa às 8h30min da manhã e termina quando termina a questão
1462 aqui. Essas duas questões, na minha opinião, são indissociáveis, elas têm que ser
1463 discutidas de forma conjunta. Se o Terres e a Letícia se propuserem, que apresentem
1464 de novo e que façamos a discussão em outro momento. Eu não aguento mais discutir
1465 este assunto. (Falas concomitantes em plenária). **O SR. PEDRO RIBEIRO –**
1466 **Comissão de Saúde da População Negra:** Assim, considerando o posicionamento do
1467 Fernando como Secretário, que ele já iniciou dizendo que vai responder somente sobre
1468 o período dele, e é o posicionamento do atual Secretário, e considerando que o
1469 relatório é maior do que isto. Então, tem que ser discutido com o Plenário do Conselho,
1470 o Plenário do Conselho tem que assumir e discutir o relatório, porque é maior do que a
1471 questão da política, porque engloba tudo isso. Eu acho que a gente tem que dar ênfase
1472 à discussão do relatório, a discussão da política é subsidiária disso, é consequência
1473 disso. Então, se houve uma combinação, eu acho que desconsiderou isso. A amplitude
1474 do relatório é muito maior, envolve período maior que a atual gestão, envolve
1475 responsabilidade maior que a atual gestão e envolve a Secretaria Municipal de Saúde e
1476 a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, envolve o Sistema Único de Saúde. Então, se a
1477 atual gestão diz que se responsabiliza por este período, o Plenário do Conselho tem
1478 que assumir a amplitude do que significa o relatório. É isso o mais importante que tem
1479 que ser discutido. Eu acho que a política é uma questão que é subsidiada, ela é
1480 posterior a essa discussão. (Aplausos da plenária). **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
1481 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
1482 **Coordenadora CMS/POA:** Então, vamos abrir para as perguntas. Masur. **O SR.**
1483 **MASURQUEDE DE AZEVEDO COIMBRA – Sindicato dos Farmacêuticos do RS:**
1484 Eu fiquei, né! Infelizmente, eu vou ter que fazer as três perguntas que eu pensei em

1485 fazer e me ausentar. Não era da minha vontade, porque eu tinha planejado de ficar até
1486 o fim, mas, infelizmente, a gente se estendeu um pouco mais. Bom, eu torno a fazer
1487 aquela pergunta que eu tinha feito, até para a situação das partes novas no atual
1488 processo que a Secretaria está fazendo. Como fica a nomeação de fiscal de contrato
1489 técnico de acordo com o art. 78 da 8.666? Quais foram os critérios utilizados para a
1490 definição das novas contratações dos laboratórios. E a terceira delas, que vai ficar
1491 registrada em ata, depois a gente confere, é a situação desses valores, porque eu fiz
1492 um cálculo por cima, eu simplesmente dobrei o valor apresentado de R\$ 85 mil e
1493 calculei para 25 mil exames e custou R\$ 6,00 um exame. Isso é um valor, já incluindo
1494 R\$ 85 mil a mais, como se fosse RH, ficou um exame em torno de R\$ 6,00. O que
1495 normalmente é um pouco mais baixo que a rede privada cobra. Então, a gente pode,
1496 tudo bem, temos problema de RH, mas a gente tem que avançar para um segundo
1497 momento e providenciar a contratação, definir avanços. (Manifestações da plenária fora
1498 do microfone). A situação dos valores, quanto está custando cada um dos exames
1499 feitos na rede privada, de forma geral, não vai calcular específico. (Manifestações da
1500 plenária fora do microfone). Tabela SUS? Ok. (Manifestações da plenária fora do
1501 microfone). **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1502 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Na verdade, não
1503 tem consideração de quorum para votação final, é o quorum de abertura e a gente já
1504 dá os 15 minutos de tolerância e a gente não considera o *quorum* depois. Certo? Não
1505 é, Letícia? Seu Paulo Goulart. **O SR. PAULO GOULART DOS SANTOS – CDS**
1506 **Noroeste:** Boa noite a todos. Diante do que o Secretário disse eu já fiquei prejudicado,
1507 mas vou perguntar. Os laboratórios públicos não têm condições de oferecer mais
1508 serviços? Eu estou me baseando no relatório do Terres. Eu não estou me baseando no
1509 do senhor. Não tem condições? Porque ali chega a ter três por um. Queria saber
1510 porque os laboratórios públicos não tem condições, se é por falta de RH? Bom, isso é
1511 bem simples. Outra coisa, qual a dificuldade que existe em apresentar esses contratos
1512 dos laboratórios para o Conselho, para o controle social? É uma das coisas...
1513 (Manifestações da plenária fora do microfone). Mas, então! Não foi uma das coisas que
1514 pediram ali? Foi. E outra coisa, foi aberto um inquérito administrativo? Porque tem
1515 casos de polícia. Eu acho que o jurídico deveria estar presente aqui, porque sabiam o
1516 que tinha que apresentar ali. É o jurídico e o pessoal do edital, porque as coisas são
1517 muito sérias. Se é fato, aqueles valores ali é caso de polícia, daí. (Manifestações da
1518 plenária fora do microfone). Mas como que o Secretário vai responder? Isso que eu
1519 quero saber. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1520 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pedro. Pessoal, eu
1521 vou controlar o tempo. Não vamos nos estender. **O SR. PEDRO RIBEIRO – Comissão**
1522 **de Saúde da População Negra:** Alguns aspectos, quem vai assumir? Quem vai
1523 assumir é o Conselho Municipal de Saúde as sugestões que estão sendo
1524 encaminhadas pelo relatório, o que foi encaminhado não somente pelo relatório?
1525 Porque o relatório foi apresentado. Volto a dizer, isso se sobrepõe à instância da
1526 Secretaria e tem as suas responsabilidades, independe do período em que foi feita a
1527 avaliação. A pergunta para esta Secretaria, que o Paulo estava fazendo aqui, é quais
1528 são as providências, além de apresentar uma política sobre o que está sendo
1529 apresentado ali, como situações irregulares, ilegais e criminosas. Então, essa é uma
1530 pergunta que deve ser feita, se dentro das providências, reforçando o que o Paulo
1531 disse, já foi aberto que funciona o serviço público, sindicância sobre isso. E outra, e nas
1532 informações que a Secretaria está apresentando, como normalmente o setor público
1533 apresenta, não está sendo dimensionado, por exemplo, qual é a necessidade que tem
1534 de recursos humanos para cada lugar. Eu acho que são informações, porque daí nós
1535 podemos saber também quanto o setor público poder estar produzindo. O que eu
1536 entendi é o que se poderia produzir com a capacidade instalada de agora. E assim, a
1537 minha proposta é que o Conselho assuma o relatório, assuma os encaminhamentos

1538 com todas as sugestões sugeridas, porque este não é um papel só da Secretaria, nós
1539 estamos no período em que muda a administração, seja quem fica ou quem sai, e nós
1540 nem corremos risco, né, vamos ter outro gestor que vai dizer: “isto não era do meu
1541 período”. Então, este é o papel do controle social, nós temos que transcender esses
1542 períodos. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1543 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Suzel. **A SRA.**
1544 **SUZEL (Sem identificação):** Eu queria complementar, porque eu acho que a
1545 apresentação que está melhor daqui para frente tudo bem, mas eu acho que a
1546 responsabilidade da gestão, da Secretaria sobre essas questões do que foi apontado
1547 pelo Terres. E eu acho que deve ser resolvido agora, não pode protelar. Daqui para
1548 frente tudo bem, mas o passado realmente tem coisas que deve ser tomada uma
1549 providência. Ai, é da Fazenda, enfim; não, eu acho que a Secretaria de Saúde precisa
1550 resolver, senão qualquer um faz o que quer. Por exemplo, gestão e administração não
1551 são só técnicos que tem que ter. A gente fez reuniões discutindo sobre a importância
1552 do laboratório ter administrador. Então, não adianta só ter técnico, nós precisamos de
1553 alguém que faça gestão. Agora, a questão dos laboratórios terceirizados, de novo, tem
1554 comprovação de cada exame? Ah, a média é tal, mas não adianta ele passar, não sei
1555 qual é o método, a informatização, mas tem que ter a comprovação de exame
1556 realizado. E eu não sei se isso realmente foi apontado desde 2012 e o que na gestão
1557 que está na ASSEPLA faz para fazer a cobrança disso. Precisa ter uma administração
1558 que faça essa cobrança, porque assim é dinheiro posto fora. Então, não contrata
1559 bioquímico, contrata um administrador lá para o laboratório, um gerente, porque está
1560 muito solto, nós precisamos de gente que faça a gerência, porque a sensação que tem
1561 é que a gente está solto. Nós precisamos de gestão, porque o senhor vai continuar
1562 perdendo dinheiro e aí é irresponsabilidade e negligencia. Eu acho que é negligencia
1563 não tomar providencia com questões gerenciais da ASSEPLA. Eu acho que a gestão
1564 desta Secretaria é responsável por isso sim, pelas questões, os valores que foram
1565 superfaturados, enfim, falta de gestão, isso é responsabilidade da Secretaria. Entende?
1566 Eu sou solta, vou comprar por 30 mil, não sou técnica. Então, de quem é a
1567 responsabilidade? De quem faz a gestão. Nós precisamos de um gestor, de um
1568 gerente que realmente tenha conhecimento e cuide da parte financeira. E eu acho que
1569 a Secretaria tem responsabilidade do passado também. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
1570 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
1571 **Coordenadora CMS/POA:** Letícia. **A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA –**
1572 **CDS Glória/Cruzeiro/Cristal:** Assim, pessoal, são várias questões, mas uma que
1573 estava me ocorrendo agora, na verdade, o Conselho recebeu o montante dos contratos
1574 no ano passado, os contratos foram assinados de março a abril de 2015, a gente olhou
1575 um por um dos contratos. E, na verdade, eles não mudam muito, eles são os contratos,
1576 eles legalizam a situação, mas as cotas continuam as cotas. Então, legaliza o que está
1577 colocado ali. Bom, não tinha contrato, agora tem; mas os critérios, a gente leu, a gente
1578 entregou aqui no Conselho, inclusive, porque a gente fez um levantamento, fez tipo
1579 uma ficha de leitura de cada contrato das unidades correspondentes das unidades de
1580 saúde a cada Conselho Distrital e a gente entregou aqui. Não lembro quando, mas eu
1581 sei que isso foi feito. Isso em relação ao contrato em si, mas como o Pedro estava
1582 dizendo, como a gente vem dizendo, pô, gente, quando a gente faz o Entenda o caso
1583 não é por acaso, a gente faz para ter a dimensão da responsabilidade que tem o
1584 controle social e da responsabilidade que tem cada conselheiro que está aqui. Como
1585 diria o Gilmar do SINDISAÚDE, antigamente – não, a gente está aqui, mas cada gestor
1586 de plantão que chega a gente vai continuar aqui. Os gestores mudam e nós
1587 continuamos aqui fazendo o exercício do controle social e entre outras coisas, sim, é
1588 fazer levantamento de tudo que já se fez a respeito de determinado tema. A gente já
1589 avaliou outros casos aqui, já avaliamos o caso da Solos, já avaliamos tantos outros tão
1590 ou mais graves que este, porque este é grave. Olhem o momento anterior que nós

1591 estávamos fazendo a discussão da lei orçamentária, faltando dinheiro, gente! E nós
1592 temos ali um milhão e tanto e tem que ser devolvido para os cofres públicos e mais R\$
1593 45 milhões que não tem comprovação. Então, é disso que a gente está falando, gente!
1594 É disto! Não adianta vir um gestor, os gestores que se sucedem vêm e dizem que não
1595 tem dinheiro, aí a gente vê que tem dinheiro. O dinheiro é só mal gerido, é isso que nós
1596 precisamos mudar, e nós temos capacidade para fazer isso mudar, tanto tem que
1597 vocês já estão começando a fazer, só que a gente quer responsabilizar quem tirou o
1598 leitinho da boca da criança, este tem que ser responsabilizado. Então, é isso, muito
1599 obrigada. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1600 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Rose. **A SRA.**
1601 **ROSEMARI DE SOUZA RODRIGUES – CDS Sul/Centro-Sul:** É sobre a
1602 apresentação, não é nem dos apontamentos. Ali fala na coleta dos hospitais para a
1603 rede, isso conta também nos laboratórios. Também a questão da servidora, só uma
1604 servidora para fazer estabilização? (Manifestações da mesa fora do microfone) É, né?
1605 Aí fica complicado. Outra coisa que eu também vi nesse relatório apontado, que alguns
1606 laboratórios no 1º Quadrimestre bateram a meta, sobrepuseram as cotas.
1607 (Manifestações da plenária fora do microfone). Não foi? Então, está certo. **A SRA.**
1608 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande**
1609 **do Sul e Coordenadora CMS/POA:** O Humberto, depois o Terres e depois eu. **O SR.**
1610 **HUMBERTO JOSÉ SCORZA – Membro da SETEC:** Eu olho para esta plenária e me
1611 entristeço, porque ela está vazia. Está vazia no momento em que tem que se falar, tem
1612 que se discutir um assunto importante, de algo que representou o controle social como
1613 um todo, trabalhando desde 2006, sei lá quando, se debruçando sobre o assunto e
1614 agora vem o relatório. Então, eu me pergunto e não é, Senhor Secretário, em relação a
1615 ti, porque não és responsável pelos fatos, mas há responsáveis por isso. Eu ouvi toda
1616 uma discussão, uma preocupação alguns dias antes, e nós vamos correr atrás de
1617 umas migalhas que tem aí. E a gente vê que mais de 40 e tantos milhões foram
1618 largados, foram postos no esgoto de qualquer jeito. Tem gente responsável. Se fala
1619 tanto contra a corrupção dos outros lugares e não se olha para a corrupção que se faz
1620 dentro da casa da gente. Controle social, eu digo, o gestor está, o controle social é
1621 permanente. O gestor passa, o controle social tem que ficar. Agora, o controle social
1622 não está aqui só para dizer que falta uma lâmpada dentro do posto de saúde. Não está
1623 aqui para dizer que a filha não está sendo entregue, ele está aqui para ver também
1624 como estão as finanças sendo gerenciadas. Não só na SETEC ou na apreciação dos
1625 relatórios da gestão, onde se faz quinhentas mil contas para mostrar que foi ali, que foi
1626 lá, que foi em algum lugar, que foram 2 milhões. Agora, foi um trabalho sério e eu digo:
1627 cadê o povo? Desculpa, Mirtha, no meu tempo a coisa era diferente. Quando a gente é
1628 velha fala “no meu tempo”. Quando havia uma pauta, esta pauta depois de
1629 apresentado o assunto era discutido em seguida, senão, com todo o respeito, se traz
1630 uma série de dados, a gente fica imbuído daqueles dados. É uma resposta, Senhor
1631 Secretário? É uma resposta, mas é uma resposta que pode ser dada *a posteriori*, nós
1632 viemos discutir porque tem encaminhamentos que devem ser dados. Agora, como tu
1633 disseste, não anula, esta plenária vai voltar com os encaminhamentos que foram dados
1634 ou apresentados quando eles apresentaram o relatório. Eu acho que nós temos que ter
1635 bem claro, senão vamos brincar de controle social, vamos continuar discutindo uma
1636 coisinha, uma pintura que falta na porta do meu posto de saúde, mas, no entanto, 40 e
1637 tantos milhões foram gastos à toa, desapareceram e está faltando. Então, vamos
1638 pensar um pouquinho. Está vindo o resultado? Está vindo o resultado, provocado por
1639 toda essa discussão. Se lá no PAM-3 estão botando gente, é provocado por esta
1640 discussão. Este controle social funciona sim! Agora, se não querem que funcione,
1641 então, fiquem fingindo, contando, levantando cartaz onde interessa e quando não
1642 interessa, mas quando a discussão é séria abandonam e vão embora, não querem
1643 nem ouvir o que se fala aqui dentro, quando começa a discussão saiam e é assim. É

1644 um desabafo meu. Ou leva a sério, ou vamos brincar de conselheiro, como existem
1645 tanto conselheiros por aí. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de**
1646 **Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA: Terres. O**
1647 **SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço Social:** Na
1648 verdade, esse desabafo do Humberto é um desabafo nosso, de quem construiu, de
1649 quem vem há anos trabalhando, fazendo essa defesa do Sistema Único de Saúde,
1650 denunciando as irregularidades, sendo processado criminalmente. Por denunciar a
1651 irregularidade nós estamos sendo processados criminalmente. Agora, quero que o
1652 Secretário responda se esses que fizeram desvio, se está sendo feita alguma coisa
1653 internamente pela Secretaria, porque nós estamos sendo processados por denunciar.
1654 E esses que desviaram os recursos, que é 1,2 milhões e poucos, que são os 45
1655 milhões que não tem comprovação dos exames realizados, que é a fragilidade. Hoje
1656 alguém é responsável pela fragilidade no controle disso, que é a Secretaria Municipal
1657 de Saúde e os gestores de plantão. Não sou eu, eu estava no PACS trabalhando,
1658 agora fui eleito ao Sindicato dos Municípios de Porto Alegre e continuarei a minha
1659 luta no Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, assim como estou no Conselho
1660 Regional do Serviço Social. Só tem uma coisa, Secretário, a fragilidade tecnológica lá,
1661 qualquer um chega no sistema “MADIA”, que é outro que está sendo denunciado
1662 também, tem função de corrupção, ele é tal que qualquer um chega e modifica. Se
1663 chegar agora o Seu Paulo lá com uma requisição prescrita de exame hemograma,
1664 EQU, urocultura, chega lá na Secretária e diz: “Olha, não tem aqui o CRM”. Consegue
1665 cadastrar ele, sem saber se ele é cadastrado o Sistema Único de Saúde ou não. Esta é
1666 a fragilidade, Letícia. Se tu chegares lá isso acontece. Qualquer médico sem ser do
1667 Sistema Único de Saúde consegue se cadastrar, ser recebido e mandar fazer os
1668 exames no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul. Então, que controle está sendo feito
1669 lá? Como funciona? Qualquer um mexe naquele sistema, qualquer um tem a senha,
1670 qualquer um modifica o que quer. Então, isso tem que ter uma posição da Secretaria
1671 Municipal de Saúde e realmente fazer o controle daquilo lá, e colocar pessoal. É aquilo
1672 que a gente está colocando, nós temos que aprovar nem que seja com dois, agora nós
1673 temos que aprovar os encaminhamentos, porque senão não será aprovado, porque nós
1674 fizemos essa discussão. Isso que o Humberto traz, nós fizemos, nós solicitamos na
1675 condição de conselheiros, com um grupo de trabalho aprovado neste Conselho,
1676 pedimos pauta única, aí foi feito um acordo. Não, apresentar a pauta dos conselheiros
1677 e mais a do Secretário, que leva esse tempo todo e agora temos meia dúzia de
1678 conselheiros para aprovar, porque teve um acordo entre coordenação e Secretário,
1679 quando tinha que ser apresentado apenas o relatório do Tribunal de Contas do Estado.
1680 É o que a gente apontou, é o que a gente está solicitando na condição de conselheiro.
1681 Isto foi acordado aqui! Bom, o acordo que nos deixa fragilizados desse jeito, deixa
1682 extremamente fragilizados. Agora, quero saber, Secretário, a primeira coisa, o que está
1683 sendo encaminhado em relação a essas denúncias a funcionários envolvidos? Porque
1684 no final do relatório do Tribunal de Contas diz que os responsáveis são o Secretário
1685 Municipal de Saúde e o Prefeito Municipal de Porto Alegre, tem o nome dos
1686 responsáveis, apontado pelo Tribunal de Contas do Estado. Então, isso é necessário,
1687 porque se responde subsidiariamente. E a outra coisa é essa questão do controle, o
1688 controle que está sendo feito para evitar que os exames sejam realizados sem
1689 comprovação, ou seja, sejam pagos os laboratórios sem a comprovação. Tem que ter
1690 um controle mais firme sobre isso, além dos recursos humanos, porque foi feita uma
1691 reunião semana passada pela Letícia e a Dra. Ana, que disseram que não tem
1692 recursos humanos para fazer aqui, mas o laboratório tem a capacidade de fazer muito
1693 mais pela capacidade instalada que tem. Em 2012 fazia 30 mil exames e tinha a
1694 capacidade, um projeto de fazer 80 mil exames lá. Então, tem que ter gente. Com
1695 certeza, tem condição de fazer remanejamento e colocar mais pessoas lá. **A SRA.**
1696 **MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande**

1697 **do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Humberto, Letícia, eu estou agora na
1698 Coordenação, mas não é de agora que eu tenho acompanhado o Conselho municipal
1699 de Saúde. E não é de agora que termina uma plenária esvaziada como está agora.
1700 Então, isto é tradicional dentro do Conselho Municipal de Saúde, quando termina o
1701 horário que a gente tem previsto, esvazia o Conselho Municipal de Saúde. A pauta que
1702 nós trouxemos aqui, todo mundo concorda, não são migalhas, estamos falando de R\$
1703 136 milhões a menos para o ano que vem e esta pauta deveria ter voltado para cá. Não
1704 tinha outro momento para trazer. E nós tínhamos acordado 30 minutos de
1705 apresentação e 15 minutos para retorno, e não foi cumprido para a apresentação nem
1706 do Secretário e nem dos nossos conselheiros que estavam apresentando. Então,
1707 dentro da organização que nós estávamos estimando teria tempo suficiente para a
1708 gente poder estar questionando também. A plenária, como vocês sabem, é dinâmica e
1709 por si só faz acontecer neste momento. Então, neste momento estamos aqui e dentro
1710 do regimento não tem previsão de quantos conselheiros tem que estar para o final,
1711 para serem aprovados os encaminhamentos. Secretário, a tua posição foi de não
1712 responder o que está sendo feito do relatório. Esta é uma posição sua, esta não é uma
1713 posição do Núcleo, foi uma posição sua enquanto gestão. Tu falaste que foi acordado
1714 com o Núcleo... (Manifestações da plenária fora do microfone). Isto, foi acordado que tu
1715 irias apresentar, mas a tua posição... (Manifestações da plenária fora do microfone).
1716 Certo, mas foi uma posição sua, não foi acordado com o Núcleo de Coordenação.
1717 Então, só para deixar claro e gravado em ata que isto não foi um acordo no Núcleo de
1718 Coordenação. Foi uma posição do Secretário não responder dentro do relatório e sim
1719 apresentar o que foi feito a partir deste ano para cá, mas tem situações que sim,
1720 enquanto gestor atual tem que responder pelas coisas que aconteceram anteriormente.
1721 Inclusive, o que a gente tem trabalhado e cobrado é a sindicância com a pessoa que foi
1722 levantado de coordenação lá do Laboratório Central. Então, isso a gente tem cobrado,
1723 a gente já tem acompanhado. Muitas coisas que aconteceram foi cobrança dentro do
1724 Núcleo sim, que nós pautamos sistematicamente a questão dos laboratórios dentro do
1725 Núcleo de Coordenação. Isso sim a gente vai estar vendo acontecer. Então, não é
1726 cobrança só no laboratório. Tanto que os dois coordenadores que me antecederam
1727 sabem que é muita peleia dentro do Núcleo de Coordenação, vem para cá depois de
1728 muitas coisas que a gente discute seriamente dentro do Núcleo. E não é brincadeira o
1729 que a gente está fazendo aqui! Nós estamos sim comprometidos com todo o caso da
1730 saúde atualmente. Então, por favor, Secretário, as respostas. **O SR. FERNANDO**
1731 **RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto do CMS/POA:**
1732 Bom, vou fazer as respostas daquilo que me compete. Tá? Realmente, é uma decisão
1733 minha, eu não tenho as respostas de coisas passadas, não tenho a resposta. As
1734 pessoas que estavam presentes naquele momento estão respondendo. Eu queria só
1735 frisar que o Tribunal de Contas fez os apontamentos, nós estamos aqui discutindo os
1736 apontamentos. A partir dos apontamentos cada pessoa envolvida no processo fez as
1737 respostas. As respostas foram entregues ao Tribunal de Contas, que está avaliando as
1738 respostas. A partir das respostas eles modificarão ou não o que eles apontaram,
1739 porque têm algumas coisas que foram justificadas, outras coisas provavelmente não
1740 tenham sido justificadas. E nós vamos discutir em cima daquilo. Eu tenho a plena
1741 convicção, sempre fui a favor disso, que as pessoas que fazem as coisas têm que
1742 assumir as responsabilidades do que fazem. Então, depois que o Tribunal de Contas
1743 se pronunciar, a partir das respostas, isso ficou acordado, nós conversamos
1744 internamente. Não foi feito o julgamento, como foi colocado, não foi feito. Nós não
1745 podemos instaurar nenhuma sindicância em relação a todos esses fatos enquanto não
1746 tiver o julgamento. A partir do julgamento sim nós temos condições, cabem às pessoas.
1747 O que nós fizemos? Afastamos todas as pessoas que tinham envolvimento nesse
1748 processo. Nós afastamos, tiramos elas de qualquer responsabilidade de gestão de
1749 processo. Elas não estão envolvidas em absolutamente nada além do seu trabalho

1750 técnico concursado, porque eles fizeram concurso. Então, todos eles foram afastados
1751 até que sejam julgados pelo Tribunal de Contas, essas pessoas estão afastadas, estão
1752 proibidas de se envolverem em qualquer ação. Então, o que nós fizemos? A partir daí
1753 do que for julgado, a partir das respostas dadas pelas pessoas, sim tem que abrir
1754 sindicância para apurar os fatos, que as pessoas que cometeram alguma coisa errada,
1755 que não conseguiram comprovar o que eles fizeram, eles têm que responder, pagar e
1756 devolver aos cofres públicos o que foi colocado. Isso depois de serem julgados. Com
1757 relação ao que foi levantado, quais os critérios para os contratos das empresas, que o
1758 Masurquede colocou, está no edital, foi construído com os técnicos aqui da Secretaria
1759 Municipal de Saúde, foi validado pela Procuradoria Geral do Município e foi feito o
1760 processo junto com a Fazenda. Os valores variam, gente, tá? Nós estamos falando em
1761 média. Tem exames que custam mais, tem exames que custam menos, mas todos
1762 eles, privados, são pagos por valor de tabela SUS. Nós não pagamos um centavo a
1763 mais por valor que seja diferente de tabela SUS. Com relação ao que o Paulo
1764 perguntou, se o serviço público pode aumentar. Pode, tanto que a gente mostrou, com
1765 RH tem coisas que a gente coloca ali, né, gente. Se a gente tem uma pessoa para
1766 esterilização, ou uma pessoa naquele turno, não adianta, a máquina até pode fazer
1767 mais, mas com aquele RH a gente não consegue fazer isso. Então, dentro de nós
1768 queremos chegar o quanto antes na capacidade instalada. Nós fizemos um estudo
1769 baseado em critérios técnicos de qual é a capacidade instalada a partir do RH que a
1770 gente tem. Então, isso foi colocado e nós estamos chegando nesses valores. Tá? Os
1771 contratos, o Paulo perguntou dos contratos, eles já foram entregues ao Conselho e são
1772 públicos. Entra no site da Secretaria Municipal de Saúde e estão lá disponíveis os
1773 contratos e bem claros. Basta ler, está lá assinado. Basta ler, está lá, assinados os
1774 contratos por laboratório, como são os critérios de avaliação e tudo. Tá? Bom, com
1775 relação às cotas, gente, elas foram divididas de acordo como está o edital. Nós
1776 precisávamos, cada região, o que acontece? Se não teve interessados em uma região
1777 específica, a região mais próxima que abrange isso. Então, tem valores diferentes por
1778 quê? Por causa da localização do laboratório, não tem favorecimento. E uma das
1779 coisas que a gente tomou uma crítica – ah! mas eu fazia 30 mil exames, agora faço 11.
1780 Sim, porque pelo critério de edital tu só se enquadras para fazer para a Região
1781 Sul/Centro Sul, por exemplo, ou só se enquadra para fazer para a Região Noroeste do
1782 Muito de Porto Alegre. Então, tu só podes fazer isso, porque tem outro laboratório que
1783 está habilitado e credenciado na outra região que pode fazer. Agora, ah, porque tem
1784 um que tem 20 mil exames e tem outro com 11? Porque provavelmente, e com certeza,
1785 é porque ele pegou uma área de abrangência maior porque ele tem uma localização
1786 que propicia o aumento. Então, os critérios de divisão de cotas estão dados nos editais
1787 que foram publicizados e muito discutido, com recursos, todos os recursos foram muito
1788 justificados e colocados. Então, está lá, todos os critérios para fazer isso. Colocam a
1789 responsabilidade na Secretaria Municipal de Saúde, em nenhum momento a gente
1790 disse que a Secretaria Municipal de Saúde não tenha que assumir essas
1791 responsabilidades, tem que. A minha função como gestor municipal é dar sequência a
1792 este processo. Nós nos debruçamos sobre o relatório a partir dos processos que a
1793 gente viu in loco, que a gente fez um estudo, um diagnóstico situacional muito bem
1794 elaborado por várias pessoas e nós propusemos melhorias nos processos para corrigir
1795 todos os problemas que foram apontados. É isto que nós estamos fazendo. Tá? Em
1796 razão que cabe ainda da gente, a partir do momento que for julgado pelo Tribunal de
1797 Contas, nós temos a obrigação legal, como gestor público de tomar as providências. A
1798 primeira providência, por recomendação inclusive da nossa Procuradoria, é: afastar as
1799 pessoas até que sejam julgadas. Nós afastamos as pessoas. Não foram julgadas
1800 ainda, a gente não pode fazer absolutamente nada, porque provavelmente algumas
1801 daquelas questões que foram pontadas anteriormente, elas foram respondidas. Se o
1802 Tribunal de Contas vai aceitar ou não, cabe ao Tribunal de contas, nós vamos em cima

1803 daquilo que o Tribunal de Contas não aceitar, aí nós vamos para cima dos
1804 responsáveis por isso. Tá? Como está sendo... Deixa eu ver aqui. Os contratos têm
1805 critério? Sim, Letícia. Tem critério, como está no edital, estão lá os critérios. Podemos
1806 melhorar? Apontem as melhorias, nós podemos fazer um processo de melhoramento,
1807 mas foi o que a gente conseguiu fazer, desenvolvidos pelos nossos técnicos,
1808 servidores do quadro do Município de Porto Alegre. É isso que nós estávamos, foram
1809 feitos os critérios para tentar tirar qualquer coisa de favorecimento. Então, não tem
1810 favorecimento absolutamente em nada, tem favorecimento para aqueles locais que
1811 conseguem atingir mais perto da casa. Se o laboratório "x" tem 5, 6, 7, 8 pontos de
1812 coleta em locais diferentes, em áreas diferentes, com o laboratório ele pode ter algum
1813 número "x" maior de exames, porque ele tem pontos de coleta e de processamento dos
1814 exames descentralizados, que é o que a gente quer. Tá? A Rosemari pergunta sobre
1815 as cotas e a questão da esterilização. Justamente por causa disso, porque às vezes a
1816 gente tem o bioquímico, às vezes tem um assistente de laboratório, um profissional,
1817 mas não temos quem faça a esterilização, aí tranca a cadeia. Não é por falta de
1818 vontade, gente. Se dependesse de mim nós chamaríamos o número daqueles quadros.
1819 Não deu tempo da Cris colocar ali, mas a gente sabe quantos cargos vagos tem. Nós
1820 temos uma necessidade a maior dos cargos vagos. Lembrem, nós estamos sobre a
1821 égide de um decreto municipal desde março que impede a gente de aumentar qualquer
1822 custo para o Município. Se tu perguntares para mim se eu concordo ou não, eu acho
1823 que nós precisamos chamar as pessoas. Nós precisamos chamar, mas nós estamos
1824 sobre a égide disso. E hoje, por decisão de gestão, não estão sendo nem repostas as
1825 aposentadorias, somente as exonerações. Então, nós temos ali casos de
1826 aposentadorias que estão sendo negadas pela administração central da Prefeitura para
1827 a reposição desses profissionais. Então, mesmo assim, a partir de um trabalho sério,
1828 um trabalho discutido com os trabalhadores que estão lá, nós melhoramos os
1829 processos e melhoramos os exames. Então, Seu Paulo, bem que eu gostaria de
1830 chegar aqui e dizer assim – olha, não temos mais contrato com laboratório privado, vai
1831 ser tudo público. Se tu perguntares qual é o meu desejo, eu gostaria que fosse esse,
1832 que nós colocássemos 100%, mas para isso nós temos que entender o seguinte, que
1833 parte do princípio da gente botar. Se dependesse de mim, se dependesse da minha
1834 caneta, de eu assinar, diria assim – estou nomeando 10 bioquímicos, 20 técnicos. Eu
1835 faria... Eu já te dou a palavra. Nem cargos vagos nessa quantidade necessária para a
1836 gente poder não precisar mais de laboratórios privados a gente não tem. O que nós
1837 estamos estimulando é que os laboratórios públicos também venham. Então, vamos
1838 conversar, é por isso que estimulamos que a UFRGS retomasse as atividades, a
1839 vigilância este lá, acompanhou, reabriu, eles não vão poder reabrir 80 mil exames,
1840 porque não têm capacidade, não tem recursos humanos, que também está trancada
1841 dentro da universidade. A capacidade de compras da produção de recursos humanos,
1842 mas nós queremos serviços públicos. Tomara que um dia a gente chegue a todos os
1843 serviços públicos municipais, mas os serviços públicos municipais não pensam em
1844 serviços públicos de outras esferas. E depois se a gente precisar só exames privados.
1845 Tu querias perguntar alguma coisa que eu esqueci? (Manifestações da plenária fora do
1846 microfone). Alguns desses exames eles mandam, eles fazem um quantitativo de
1847 exames também, como vocês podem ver. Dentro dos hospitais, como a Cristiane
1848 colocou, estão ali os exames que foram feitos. Além desses que eles mandam, eles
1849 também fazem lá dentro do laboratório deles. Isso está aparecendo no "Tabwin", são
1850 os resultados que são feitos para as pessoas. Com relação à corrupção, Humberto,
1851 olha, eu tenho como princípio na minha vida ser completamente transparente no
1852 processo. Não admito aqui dentro do meu grupo de trabalho, não admito que qualquer
1853 pessoa que trabalhar comigo, se aprontar alguma coisa vai ser responsabilizada
1854 imediatamente no momento em que a gente pode responsabilizar. Eu não posso sair
1855 inconsequentemente responsabilizando as pessoas sem ter um julgamento antes.

1856 Então, nós estamos aguardando o julgamento para a gente responsabilizar. O que
1857 cabe a nós é no momento em que existe suspeita a gente afasta a pessoa daquela
1858 atividade, coloca em uma atividade fim, na assistência, que não comprometa o
1859 envolvimento em cima daqueles fatos que foram levantados e é isso que a gente está
1860 fazendo. Então, dentro do grupo de trabalho a gente tem feito isso, tá? Com relação ao
1861 sistema “MADIA”, se tivesse permitido que a gente apresentasse o restante, nós
1862 montamos um grupo de trabalho junto com a PROCempa, estamos desenvolvendo um
1863 sistema que vai melhorar em tempo real, que vai substituir completamente o “MADIA” e
1864 ir além. Vai dar para a gente fazer o monitoramento de todos os exames, tanto próprios
1865 quanto os comprados, em tempo real e vai facilitar. Enquanto isso a gente não tem
1866 como fazer, a gente tem que pegar todos eles para mostrar, olhar e conferir se tem ou
1867 não tem. Então, em resposta ao que a Suzel colocou, acho que foi ela que colocou...
1868 Foi, né? A gente está olhando por amostragem, infelizmente. É como também nas
1869 consultas especializadas, a gente olha assim, também na questão das internações, nos
1870 exames de alta complexidade. Tudo a gente olha, ou a gente olha na plenitude, ou na
1871 possibilidade, ou a gente olha por amostragem quando a gente identifica uma
1872 irregularidade a gente aponta e corrige junto com o prestador, fazendo um controle
1873 disso. Com relação a RH nós temos o levantamento, que foi feito um levantamento
1874 muito bem feito, né, debruçado e sabemos qual é a capacidade. A capacidade que nós
1875 temos hoje disponível de cargos não supre todas as nossas necessidades nos nossos
1876 laboratórios, precisamos estimular que o próximo gestor crie cargos como nós fizemos
1877 na questão do cargo de farmacêuticos, nós também temos que fazer a criação de
1878 novos cargos de bioquímicos. Tá? Mirtha, o que nós combinamos lá é o seguinte, no
1879 Núcleo do Conselho, eu fui lá e disse: “Gente, eu não tenho como responder item por
1880 item do relatório de gestão, porque não me compete responder”. Coube a mim tomar
1881 as atitudes para corrigir esse processo e responsabilizar as pessoas. Agora, por que as
1882 pessoas não contaram se o exame chegou ou não chegou, isso cabe à pessoa. E se
1883 ela não conseguir responder tem que responsabilizar, e se ela não conseguir
1884 comprovar isso que pague, aí a justiça precisa entrar em ação e responsabilizar essas
1885 pessoas. Então, quando eu disse que não consigo responder, a maioria das perguntas
1886 feitas eu consigo responder, não consigo responder assim: por que não tinha contrato?
1887 Eu não consigo responder isso para vocês. O que compete a mim é corrigir. Quando eu
1888 entrei aqui nesta secretaria eu me propus, nós tínhamos 19 meses para fazer a gestão
1889 da Secretaria, era corrigir todos os processos que não tinham contrato, ou colocar os
1890 fiscais de contrato, a gente monitorar melhor os processos. Avançamos muito, porque a
1891 equipe técnica, assessoria de planejamento, da CATA, da atenção especializada,
1892 Atenção Básica, todos se imbuíram nesse processo, tanto que nós hoje temos uma
1893 capacidade de apresentar relatórios de gestão melhores, temos capacidade de
1894 apresentar orçamento, que hoje se perguntar para qualquer coordenação eles sabem
1895 quanto tem de orçamento e de onde sai o recurso. Tá? Foi essa a provocação de
1896 mudança. Então, em nenhum momento eu não quis responder, tem perguntas que eu
1897 não sei responder. Se me perguntar por que não tinha fiscal de contrato? Por que não
1898 tinha contrato? Não sei. Não sei lhe dizer, o que sei é que se pagava tabela SUS.
1899 Agora, se isso é justificativa ou não cabe à justiça avaliar esse processo. E as pessoas
1900 que estavam na época respondendo por isso que têm que responder. Então, gente, é
1901 importante dizer, esse relatório do Tribunal de Contas não foi julgado ainda. Então, vai
1902 sofrer modificações. E a partir das modificações que tiverem, para mais ou para menos.
1903 Cabe aí sim ao gestor que tiver responsabilizar esses atores e se eu tiver que receber
1904 isso até 31/12, podem ter certeza que eu faço questão de abrir todas as sindicâncias e
1905 começar o processo de responsabilização como a gente tem feito nesta Secretaria. Era
1906 isso. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do**
1907 **Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Então, tem encaminhamentos
1908 propostos. **O SR. ALBERTO MOURA TERRES – Conselho Regional de Serviço**

1909 **Social:** Como o Secretário se omitiu de abrir sindicância a partir dessas denúncias...
1910 (Manifestações da plenária fora do microfone). Por favor, Secretário, eu estou falando.
1911 (Manifestações da plenária fora do microfone) Não, eu me responsabilizo pelo o que
1912 falo. Como o Secretário está se omitindo de abrir sindicância com as denúncias que
1913 foram ali feitas, eu gostaria que nós aprovássemos aqui que esta apresentação seja
1914 encaminhada para a COSMAM, a Comissão de Saúde lá da Câmara de Vereadores. E
1915 que chamemos o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União,
1916 porque são recursos públicos. Então, nós temos que denunciar isso. Então, que a
1917 gente aprove, faça a apresentação na COSMAM, chamando esses dois órgãos aí, o
1918 Tribunal de Contas do Estado, o Tribunal de Contas da União para focar o Secretário a
1919 abrir esta sindicância para corrigir essas irregularidades apontadas aqui. Obrigada. **O**
1920 **SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e Coordenador Adjunto**
1921 **do CMS/POA:** Gente, mais uma vez, eu gostaria de esclarecer, não botem palavras na
1922 minha boca, por gentileza. Tá? Não botem palavras na minha boca, por favor! Eu não
1923 estou me omitindo. Tu estás falando uma inverdade. Faça o favor, Terres! Então, eu
1924 peço respeito. Em hipótese alguma eu coloquei aqui que estou me omitindo. Essas são
1925 palavras da tua boca e não vou admitir! Tá? Não vou admitir e não vou aceitar, porque
1926 isso não é verdade. Eu nunca me omiti de responsabilidade nenhuma, só que é o
1927 seguinte, eu não posso, enquanto não estiver julgado a gente não pode. As medidas
1928 foram tomadas, as medidas foram – afastar imediatamente os servidores envolvidos
1929 nesses processos, apontados dentro do Tribunal de Contas. Fora isso, enquanto não
1930 tiver um julgamento, eu não consigo responsabilizar as pessoas enquanto não tiver o
1931 julgamento, porque as respostas dessas pessoas que estão envolvidas nesses
1932 supostos desvios, ou erros, ou alguma coisa que ainda não está comprovada, apesar
1933 de não ter conseguido mostrar os dados naquele momento, e foram apresentados
1934 outros dados que ainda não estão julgados, por isso que não está publicizado... Eu
1935 queria reforçar, eu não estou me omitindo, nós estamos fazendo isso com muita
1936 responsabilidade para a gente não cometer nenhum equívoco. Eu acredito que nós
1937 estamos falando sobre servidores que se eles realmente comprovarem todos esses
1938 itens, eles têm que responder. Se não comprovado ou comprovado parte disso, eles
1939 vão se responsabilizar por parte. Fazermos uma sindicância em cima de algo que ainda
1940 não está concluído pelo Pleno do Conselho, pelo Tribunal de Contas, eu não entendo
1941 como uma função nossa nesse momento. Eu espero que o Tribunal de Contas
1942 disponibilize o julgamento o quanto antes. E quando tiver isso podem ter certeza que aí
1943 cabe a nós fazermos isto. **O SR. PEDRO RIBEIRO – Comissão de Saúde da**
1944 **População Negra:** Olha, eu fiquei até agora, estou aprendendo para fortalecer o SUS,
1945 porque passa por nós o controle social, senão não vão para a frente. Eu queria deixar
1946 para o Secretário criar, ouvi atentamente a sua resposta ao Conselheiro. Na minha
1947 compreensão, quando um agente público assume uma posição de responsabilidade,
1948 ele tem o dever, ele não está acusando o servidor que cometeu alguma situação, ele
1949 tem que abrir imediatamente uma situação para averiguar aquelas situações apontadas
1950 aqui no relatório. Ele não está acusando o servidor, ele está averiguado se aquilo é um
1951 dever. No meu entendimento o gestor que está à frente da Secretaria. É só esse o meu
1952 encaminhamento. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1953 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pessoal, tem um...
1954 Cinco encaminhamentos. Eu vou ler de novo, se a gente vai optar, ou votar um por um,
1955 ou vota por bloco. Então, ali são cinco, tem o sexto encaminhamento. Então, a
1956 proposta antes, vamos votar por bloco ou um a um? Então, quem é de acordo com o
1957 voto de um a um levante o seu crachá. (Contagem de votos: 09 votos favoráveis).
1958 Quem vota por bloco levante seu crachá. (Contagem de votos: 06 votos favoráveis).
1959 Então, votando um a um. Eu leio e a gente levanta o crachá. *Elaboração da política*
1960 *municipal de exames, diagnósticos de análises clínicas.* Levante o seu crachá... Eu
1961 posso antes só colocar? Eu acho que elaboração e apresentação a gente já pode dar

1962 um prazo para essa apresentação. **A SRA. CRISTIANE NUNES – Coordenação de**
1963 **Atenção Especializada – SMS/POA:** Março de 2017. A gente colocou este prazo na
1964 apresentação. **A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia**
1965 **Ocupacional do Rio Grande do Sul e Coordenadora CMS/POA:** Pode ser? Março
1966 de 2017, são cinco meses. Então, colocando a elaboração e apresentação em cinco
1967 meses. Levante seu crachá. (Contagem de votos: 15 votos favoráveis). *Retomada dos*
1968 *trabalhos do grupo de trabalho aprovado neste Conselho, composto por trabalhadores*
1969 *de todos laboratórios públicos.* Levante seu crachá. (Contagem de votos: 15 votos
1970 favoráveis). (Manifestações da plenária fora do microfone). A partir de? Se está
1971 aprovado já dá para ser deliberado. *Apresentação de plano para retomada gradativa da*
1972 *realização de exames de análises clínicas pelos laboratórios públicos.* (Contagem de
1973 votos: 15 votos favoráveis). *Que a Secretaria Municipal de Saúde apresente em 30 dias*
1974 *ao Conselho...* (Manifestações da plenária fora do microfone). A apresentação a gente
1975 pode estar marcando dia 17/11, a gente pode apresentar. Vocês já têm pronto?
1976 Concordam? *Que a Secretaria Municipal de Saúde apresente em 30 dias ao Conselho*
1977 *Municipal de Saúde cronograma de nomeação de profissionais para o Laboratório do*
1978 *PACS das seguintes áreas: 04 biomédicos, bioquímicos, farmacêuticos, 08 técnicos de*
1979 *laboratório, 04 assessores administrativos e 04 coletadores.* **A SRA. CRISTIANE**
1980 **NUNES – Coordenação de Atenção Especializada – SMS/POA:** Gente, como eu
1981 disse é meta da PAS, apresentação do dimensionamento do 3º Quadrimestre das
1982 consultas especializadas do serviço de urgência. Esse trabalho vai ser concluído até
1983 dezembro e vai ser apresentado no início do ano, porque isso indica também a criação
1984 de cargos e tem que ir para além, que é todo o projeto. Todo o projeto que a gente
1985 definiu do GT do dimensionamento é a criação de cargos e projeto de lei. Tem que ir
1986 para a partir do dia 02/01. Então, todo esse trabalho já está concluído, porém tem que
1987 ser apresentado a partir de janeiro, porque vai gerar um projeto de lei. **A SRA. MIRTHA**
1988 **DA ROSA ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
1989 **Coordenadora CMS/POA:** Só que ali está dizendo que é para apresentar um
1990 cronograma, não está dizendo que é a apresentação. Então, dá para apresentar junto
1991 no plano. (Manifestações da plenária fora do microfone). É apresentar no plano o
1992 cronograma. No plano... Entenderam, conselheiros? Levante seu crachá quem aprova.
1993 (Contagem de votos: 12 votos favoráveis). Contrários? (Falas concomitantes em
1994 plenária). **O SR. FERNANDO RITTER – Secretário Municipal de Saúde e**
1995 **Coordenador Adjunto do CMS/POA:** Eu só queria colocar que a gente não tem como
1996 apresentar no dia 17 porque a gente não terminou o dimensionamento. Então, dizer
1997 que são quatro, quatro e quatro eu não sei. Pode ser 8, 16, 20, a gente não sabe.
1998 Então, tu estás colocando, mas baseado no quê e são quatro? Eu não sei. Nós
1999 estamos usando critérios claros e objetivos. E dia 17 a gente não tem como apresentar.
2000 Esta é a questão, dia 17 vai chegar e – não temos concluído o dimensionamento. O
2001 dimensionamento é uma das metas da Programação Anual de Saúde e a gente não
2002 tem como apresentar. Então, só queria deixar registrado. **A SRA. MIRTHA DA ROSA**
2003 **ZENKER – Associação de Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul e**
2004 **Coordenadora CMS/POA:** *Que a Coordenação do Conselho Municipal de Saúde*
2005 *agende agenda com o Presidente da TCE junto com representação de entidades com*
2006 *assento no Conselho trabalhadores e usuários. Solicitem o julgamento imediato dessa*
2007 *auditoria.* Levante o seu crachá quem é favorável. (Contagem de votos: 15 votos
2008 favoráveis). E a última, então, é – *o encaminhamento do relatório para a COSMAM*
2009 *solicitando a presença do...* E quem vai solicitar o Conselho pode indicar, que a
2010 COSMAM convide o TCE e TCU. Levantando os eu crachá. (Contagem de votos: 12
2011 votos favoráveis). Contrários? Dois contrários. Abstenções? Uma abstenção. Então,
2012 pessoal, agradeço a presença. Na verdade, tivemos vários conselheiros presentes até
2013 o final da plenária. Embora esvaziada os conselheiros permaneceram. Não estamos

2014 brincando de conselheiros. Termina a plenária às 22h13min. (Encerram-se os
2015 trabalhos do plenário às 22h15min)
2016
2017
2018 **MIRTHA DA ROSA ZENKER** **DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO**
2019 **Coordenadora do CMS/POA** **Vice –Coordenadora do CMS/POA**
2020